

FACULDADE ATLÂNTICO

**IRACI VIEIRA CARVALHO
MARIA JOSÉ OLIVEIRA ÁVILA MENEZES
SÔNIA MARIA DOS SANTOS**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA
PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA**

**ARACAJU
2008**

**IRACI VIEIRA CARVALHO
MARIA JOSÉ OLIVEIRA ÁVILA MENEZES
SÔNIA MARIA DOS SANTOS**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA
PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA**

Monografia apresentada à faculdade Atlântico como
requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Pedagogia do Movimento para o
Ensino Fundamental e Médio.

ORIENTADOR:
Prof. M. Sc. Claudomir Lisbôa

**ARACAJU
2008**

**IRACI VIEIRA CARVALHO
MARIA JOSÉ OLIVEIRA ÁVILA MENEZES
SÔNIA MARIA DOS SANTOS**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA
PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA**

Monografia apresentada à faculdade Atlântico como
requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Pedagogia do Movimento para o
Ensino Fundamental e Médio.

Aprovada em ____/____/_____

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. M. Sc. Claudomi Lisboa

1º Examinador
Faculdade Atlântico

2º Examinador
Faculdade Atlântico

A todos aqueles que, sem dúvida, tiveram participação nesta batalha e, lado a lado, buscaram conosco novos objetivos, incentivando-nos a lutar sempre. Se houve uma batalha, todos foram heróis.

AGRADECIMENTOS

A Deus, a quem recorremos, nos momentos difíceis, em busca de soluções, e sempre nos orientou, dando-nos coragem para enfrentar os obstáculos e prosseguir a caminhada. A Ele, nossa gratidão.

Àqueles que, quando deveriam ser mestres, foram amigos e sua amizade nos fizeram crescer.

Aos colegas que aplaudiram a nossa conquista.

Enfim, aos maridos, filhos e amigos, que foram como uma luz, nessa nossa jornada, e sentimos que em nossos gestos existe os vossos gestos, e em nossa voz a vossa voz.

A diferença implica o conflito, o dissenso e a imprevisibilidade, a precariedade/impossibilidade do cálculo e das definições precisas, a multiplicidade incontrolável e infinita – ela nos mostra que a inclusão não pode ser impedida e tolhida em seus propósitos.

Mantoan

RESUMO

O objetivo geral desta obra é o de conhecer o processo de inclusão dos alunos portadores de deficiência e o seu desenvolvimento social e intelectual. E os objetivos específicos serão os de desenvolver recursos de acessibilidades na educação do portador de necessidades; diversificar situações de aprendizagem e apoio para a participação em todas as atividades pedagógicas e recreativas; e analisar se a metodologia de ensino oferece desenvolvimento das habilidades e emoções dos portadores de deficiência. Para tanto, o primeiro tema trata sobre *a educação como elemento fundamental na construção da cidadania*. Neste tema, partindo do conceito e da história da educação, comentou-se sobre a educação como um processo social, sendo vista como um dos alicerces da sociedade, e sobre a sociedade do conhecimento. Assim, discorreu-se sobre a educação e a sua unidade com a cidadania e a gestão democrática. Com isto, foi apresentada a educação como formadora de consciências cidadãs. O segundo tema trata sobre *a educação inclusiva*. Assim sendo, esta parte do trabalho é dedicada a um breve estudo sobre o conceito de inclusão, bem como ao que se pode compreender por educação e escola inclusivas, e à diferença entre o ensino integrado e o ensino inclusivo. Com isto, foi apresentada a educação como formadora de consciências capazes de acolher e conviver com as diferenças. E, por fim, o terceiro tema discorre sobre o objeto mesmo deste trabalho: *a educação inclusiva para pessoas portadoras de deficiência*. Para compreender este tema, antes foi exposto os tipos de deficiência, bem como as pessoas onde elas se encontram presentes. A partir daí, precisou-se um conceito de educação inclusiva para pessoas portadoras de deficiência. Assim, aproveitou-se para se observar como anda a questão deste tipo de educação no Brasil e para apresentar algumas propostas para levá-la à concretização. Com isto, foi apresentada a educação como um espaço para a prática da vivência e do respeito ao diferente, em especial, aos portadores de deficiência.

PALAVRAS-CHAVES: EDUCAÇÃO – INCLUSÃO – CIDADÂNIA – DEFICIÊNCIA – DIFERENÇA.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. A EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL	
NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	12
2.1. Para um conceito de Educação	12
2.2. História da educação	14
2.3. Educação como Processo Social	15
2.4. Sociedade do Conhecimento	17
2.5. A educação e a cidadania	18
2.6. Cidadania e gestão democrática	20
3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	27
3.1. Conceito de inclusão	27
3.2. Conceito de Educação Inclusiva	29
3.3. Diferença entre o ensino integrado e o ensino inclusivo	33
4. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PESSOAS PORTADORAS	
DE DEFICIÊNCIA	37
4.1. As pessoas portadoras de deficiência	37
4.2. O conceito de Educação Inclusiva para pessoas portadoras de deficiência	40

4.3. A Educação Inclusiva para pessoas portadoras de deficiência no Brasil	45
4.4. A concretização da Educação Inclusiva para pessoas portadoras de deficiência	51
5. CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

1. INTRODUÇÃO

A diferença apresenta-se como elemento fundamental da educação e condição para pensar num processo de inclusão. Na atualidade, por força do conjunto da situação política educacional e social a luta pelos direitos humanos, pela cidadania e pelas oportunidades educacionais para todos tem ganhado ênfase. O mundo tem se mobilizado em busca de um atendimento, no seu sentido mais amplo, àqueles que, por motivos variados, não estão inseridos nos padrões estabelecidos pela sociedade – como de normalidade – sejam eles físicos, reais ou intelectuais.

A partir da década de 90, as discussões referentes a educação de pessoas com necessidades especiais, começaram a tomar posição face às políticas anteriores caracterizadas pela descontinuidade e dimensão secundária. A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, no capítulo V, coloca que a educação dos portadores de necessidades especiais deve-se dar, de preferência, na sede regular de ensino, o que traz uma nova concepção na forma de entender a educação e integração dessas pessoas. Este atendimento no Brasil foi iniciado por médicos e não por professores. No século XIX, ainda era insuficiente o atendimento educacional a essa população, mesmo com a Proclamação da República e uma certa independência dos estados na organização dos sistemas educacionais vigentes, a qual acompanha, portanto, a luta pela conquista dos direitos humanos. A educação inclusiva traz, em seu bojo, questões de extrema relevância que nos impulsionam, cada vez mais, a querer conhecer e enveredar pelos emaranhados de possibilidades de estudo e atuação na área.

O propósito deste pequeno ensaio acadêmico é refletir sobre os aspectos relacionados à inclusão na escola das pessoas portadoras de deficiência. Sabendo-se que, para haver uma inclusão bem sucedida, é preciso começar precocemente, ou seja, quanto mais cedo a criança for à escola, maiores serão as chances de inclusão. Aprender a lidar com as diferenças é algo que se começa ainda de berço. Afinal, a diversidade étnica, cultural e social é um dos grandes desafios que a escola tem de enfrentar, embora se esteja longe ainda de alcançar o objetivo maior de garantir a todas as crianças um escola acolhedora de qualidade.

Este trabalho tem como meta conhecer e abordar o que tomou seu lugar na história como reconhecimento e valorização dos direitos na vida familiar, social, cultural e nas instituições em geral. O aluno portador de deficiência tornou-se alvo de estudos, objetos de trabalhos que buscam conhecê-lo cada vez mais e melhor pelos que teimam em entendê-lo nas suas diferenças. Admite-se que não é bem fácil ensinar a portadores de necessidades especiais, eles provêm de todo um conjunto de conhecimentos que acumulam sobre suas necessidades e seus padrões de desenvolvimento. Sabe-se que, para incluir alunos especiais, garantindo-lhes o direito à educação, demanda romper paradigmas educacionais.

Com a elaboração deste estudo, pretende-se auxiliar os alunos portadores de necessidades especiais da Escola Municipal Laura Nascimento Costa no processo de inclusão. Uma vez que, sabe-se que a inclusão é diferenciada, pois existe sim uma sala com portadores de deficiências, visto que estes não estão incluídos nas classes comuns. Mediante este problema, elaborou-se esta monografia que tem como finalidade integrar esses alunos no ensino comum, gerando assim um encontro pacífico com as diferenças na sala de aula, sabendo que tem-se como desafio dar conta das diferenças no espaço da educação. Parte-se do princípio que a escola é a base da sociedade e ela juntamente com todos que exercem um papel preponderante no processo da formação do educando compõem um elemento fundamental na aquisição da consciência, principalmente quando se trata de um portador de deficiência. Na educação inclusiva não se espera que a pessoa com deficiência se adapte à escola, mas, que esta se transforme, de forma que possibilite a inserção daquela. Porque, para os professores, é importante ser conhcedores de tudo que envolve o corpo da escola. Portanto, é meta do Ministério da Educação implementar à política de inclusão educacional, fundamentada nos princípios éticos do respeito aos direitos humanos, valorizando as diferenças de cada um no processo educacional com a escola aberta para todos.

Contudo, o leitor atente para o fato de que este trabalho está restrito, especialmente ao ensino que é ministrado na Escola Municipal Laura Nascimento Costa, que dentro do contexto de uma escola padrão, tem indícios com características fortes que levam a ser uma escola a caminho do desenvolvimento inovador, sendo adaptada para o funcionamento deste processo de inclusão. A escola está situada no município de Arauá, cidade da região centro-sul do estado de Sergipe, é localizada no centro da cidade na rua João Nascimento Costa, número 71. A Escola Municipal Laura Nascimento Costa tem como etapas de ensino: Educação Especial, Educação Infantil (de 4 a 5

anos); Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. A parte administrativa é composta por uma diretora, uma vice-diretora, duas secretárias e uma coordenadora. A equipe de apoio comprehende dois Porteiros, uma Bibliotecária e cinco serventes. O corpo docente é formado por vinte e três professores, destes, 80% já possuem nível superior. A estrutura física possui uma área de 286 m², aproximadamente. É uma escola ampla, murada, tendo ao lado esquerdo uma área para fazer horta. Suas dependências são formadas por um pequeno almoxarifado, um pátio coberto, uma secretaria, dois corredores cobertos, nove salas de aula, uma cantina, uma despensa, uma sala de vídeo, cinco banheiros para alunos e um espaço para recreação. Seu funcionamento é dividido em três turnos: manhã – das 7:30 às 11:30; tarde – das 13:00 às 17:00; noite – das 19:00 às 22:00 horas.

A sua estrutura apresenta-se com boas condições, que dá suporte para o seu funcionamento. Tem sala de alunos com deficiências, não é uma educação inclusiva, mas, está caminhando para isso, pois, tem-se acompanhamento de uma assistente social. Na sua estrutura, tem-se rampas e banheiros adequados para os alunos portadores de deficiência. Partindo do ensino para estes alunos, também está sendo implantado um laboratório de informática, por meio desse ensino que gera caminho na busca de um novo paradigma educacional que envolve definições da organização do sistema e do pensamento pedagógico que fundamenta o processo de ensino e aprendizagem. Há também na Escola Municipal Laura Nascimento Costa, como enfoque, a implantação do PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola). O PDE é para a melhoria do sistema educacional que vem sendo contemplado e até mesmo substituído pela crescente preocupação com a qualidade do processo de educação e pelo controle de seus resultados em que a escola é estimulada e mesmo exigida. Desta forma, a escola tomou para si a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento.

Assim sendo, o objetivo geral desta obra é o de conhecer o processo de inclusão dos alunos portadores de deficiência e o seu desenvolvimento social e intelectual. E os objetivos específicos serão os de desenvolver recursos de acessibilidades na educação do portador de necessidades; diversificar situações de aprendizagem e apoio para a participação em todas as atividades pedagógicas e recreativas; e analisar se a metodologia de ensino oferece desenvolvimento das habilidades e emoções dos portadores de deficiência.

2. A EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL

NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

2.1. Para um conceito de Educação

Todo grupo humano, para que sobreviva, necessita que as novas gerações tomem ciência do acervo de conhecimentos, normas, valores, idéias, ideologias, procedimentos, tradições, enfim, de tudo aquilo que compõe a sua herança cultural. Assim sendo, há duas formas de realizar esse objetivo: deixar a cargo de subgrupos, tais como família e parentesco, amigos, vizinhança, comunidade, etc a necessária transmissão desse acervo para as novas gerações; ou formar organismos específicos voltados para essa tarefa. Ainda hoje, as sociedades pré-letradas utilizam somente a primeira forma; em contrapartida, as civilizações juntam à primeira a transmissão em organizações especializadas, tendência que se acentuou a partir da Revolução Industrial. Dito isto, percebe-se que existem duas formas de transmissão que podem ser chamadas de *informal* e de *formal*. Até que ponto a primeira difere da *socialização* e em que medida ambas podem ser consideradas *educação*? A priori, faz-se necessário recorrer a dois pensadores, para depois, diferenciar ambas: Guy Rocher e Émile Durkheim. Pois, o primeiro mostra um conceito de *socialização*, ao passo que o segundo mostra o de *educação*.

Para Rocher [...], socialização “é o processo pelo qual ao longo da vida a pessoa humana aprende e interioriza os elementos socioculturais de seu meio, integrando-os na estrutura de sua personalidade sob a influência da experiência de agentes sociais significativos, e adaptando-se assim ao ambiente social em que deve viver”. Segundo Durkheim [...], a educação “é ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, em seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine”.¹

¹ LAKATOS e MARCONI, *Sociologia Geral*, p. 221.

Do que disse Rocher, observa-se que socializar é o mesmo que, por um lado, adquirir personalidade pessoal e, por outro lado, tornar-se membro da sociedade, bem como portador da cultura desta, colaborando, deste modo, para a sua perpetuação. Assim, o socializar-se envolve dois aspectos: o individual e o cultural. Destarte, a socialização comporta a aprendizagem de técnicas, a aquisição de conhecimentos, a aceitação de padrões de comportamento social e a interiorização de valores. Desta forma, esse processo nunca se encontra definitivamente completo, a não ser com a morte; no curso normal da vida, ao passo que a criança caminha pelos vários estágios, da adolescência à velhice, deve ajustar-se constantemente às novas condições de vida e de atividades. Além disso, note-se que a socialização é feita por participação e por comunicação. Por participação, entenda o leitor as atividades sociais exercidas, através das quais o indivíduo adquire e conserva traços culturais, por vários processos, incluindo a imitação; por sua vez, entenda-se por comunicação o processo, por meio de signos, pelo qual toma-se conhecimento do acervo e experiências de outras pessoas, que pode ser aplicáveis a situações presentes ou futuras.

Ademais, o sujeito que se socializa incorpora valores e padrões sociais, alguns válidos para todos os membros da sociedade (universais) e outros aplicados somente ao exercício de certos papéis sociais (especiais). É oportuno também destacar que há dois tipos de socialização: a concomitante, no próprio exercício de um papel, e a antecipatória, que consiste no preparo para um papel futuro. Geralmente, as duas se diferenciam: os papéis familiares são incorporados enquanto se atua num sistema de parentesco, e os das profissões aprende-se antes de receber licença para desempenhá-las. Enfim, vista na perspectiva da sociedade, existe uma socialização espontânea, que opera sem que ninguém pense nela, e a educação, que atualmente é planejada, inclusive, a longo prazo. Sendo assim, ambas se diferenciam.

Por sua vez, do que foi apresentado por Durkheim, a educação refere-se à ação exercida por “pessoas maduras” sobre “imaturas”. O primeiro aspecto a destacar é que, no conceito de educação durkheimiano, ao contrário de socialização, exclui-se a ação de crianças sobre crianças e de adultos sobre adultos. De tal forma que, a educação também reporta-se à ação intencional que tem por objeto suscitar e desenvolver certo número de estados físicos, intelectuais e morais. A educação, assim compreendida, é sempre intencional, pois visa um objeto predeterminado e o educador, mesmo atuando de forma “impensada”, volta-se para a consecução de suas metas. Aqui aparece que, implícita na ação de desenvolver certos números de estados, encontra-se a intenção genérica de contribuir, nos moldes preparados pela sociedade, para o amadurecimento do educando. Evidentemente, isto não se

pode processar se não tiver determinado método, tendo em vista as finalidades específicas da educação. Por fim, entenda o leitor que, desta forma, a educação é una e múltipla, encarada como atividade global, em termos da sociedade como um todo, e no meio especial a que se destine a criança. É claro que isso se dá em seus programas de âmbito nacional, ao passo que a diferenciação surge no conteúdo programático das disciplinas que formam a grade curricular das diferentes escolas, profissionalizantes ou não.

2.2. História da educação

Do que foi dito, depreende-se que, apesar da diferença entre socializar e educar, a educação é um processo social e, como tal, é um *elemento fundamental na construção da cidadania*. Porém, antes de entrar neste ponto, é necessário ver, ainda que em poucas linhas, a história da educação, a fim de tornar comprehensível o processo evolutivo que a levou a desempenhar este papel, principalmente nos dias atuais. Com efeito, ao voltar às sociedades ágrafas, como foi dito acima, verifica-se que essas apresentam apenas a educação informal, que consiste num misto de transmissão dos valores e habilidades requeridas para a vida em uma sociedade pequena e homogênea. Nestas sociedades, a própria convivência cotidiana é uma mistura de socialização e adestramento. Foram as civilizações antigas que apresentam o que primeiro se caracterizou como educação específica: sendo sociedades com funções diferenciadas, com a soma de conhecimentos específicos tornou-se necessária a preparação dos seus membros para executar as diferentes atividades. No entanto, essa tarefa dizia respeito principalmente aos pais, pois, nessas sociedades a maioria das “profissões” era herdada.

A característica singular dessas sociedades letradas é que a arte de ler e escrever não era ligada estritamente à educação – ficava a cargo de escribas, especialmente preparados para tais funções, geralmente a serviço das classes altas; e as atividades “nobres” estavam ligadas freqüentemente, a práticas religiosas.²

² Id, ibidem, p. 223.

Esta característica religiosa acentuou-se durante o período feudal da Europa Ocidental. Neste contexto, os mosteiros eram também “templos do saber” e as escolas, em sua maioria, fundadas e administradas por monges, tinham como prioridade a preparação de noviços. Por conseguinte, quando surgiram as grandes universidades – diga-se de passagem, fundadas pela Igreja –, ao lado das “ciências”, principalmente filosofia e conhecimentos humanísticos, permaneceu, em lugar prioritário, o aspecto religioso. Foi somente com a Reforma Protestante e o Renascimento, ao mesmo tempo em que se desenvolviam os poderosos Estados nacionais, que surgiu a diversificação na grade curricular das universidades que levaram à secularização das mesmas, com ênfase na matemática, ciência natural e medicina. Entretanto,

É a Revolução Industrial que força a democratização do ensino. Se antes as escolas eram típicas da classe alta, a necessidade de conhecimentos para a invenção, aperfeiçoamento e manejo de máquinas cada vez mais complexas leva a educação a tornar-se [...] um conjunto complexo de instituições de amplo significado social [...], cada vez mais extensível a outras classes da sociedade [...].³

2.3. Educação como Processo Social

Como foi dito acima, a educação é um processo social e, como tal, é um *elemento fundamental na construção da cidadania*. Por isso, após delinear algumas linhas a respeito da história da educação, com a finalidade de compreender o processo evolutivo que a levou a desempenhar o papel de uma das construtoras da cidadania – algo que se deu a partir da Revolução Industrial, conforme, deixa entender as autoras supracitadas –, é chegado o momento de mostrar também algumas idéias sobre a educação como processo social. Neste sentido, as autoras Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi, comentam que é Fernando de Azevedo em sua obra *Sociológica educacional*,

[...] quem demonstra ser a educação um processo social geral no qual torna-se necessário distinguir os fatos pedagógicos dos sistemas propriamente

³ Id, ibidem, pp. 223 – 224.

ditos, vistos como fatos institucionalizados. Para ele, “a educação é, portanto, um processo social que não é possível ter uma compreensão bastante nítida se não procuramos observá-lo na multiplicidade e diversidade dessas formas e instituições que concorrem ao desenvolvimento da sociedade. Só por abstração é que podemos isolá-lo do sistema de relações e instituições sociais e, ainda quando a educação adquire uma forma mais definida ou uma estrutura (escola, sistemas escolares), não é possível compreender o sistema pedagógico, se não colocando-o em seu lugar no conjunto do sistema social em que se organizou e a que serve, como uma das instituições destinadas a assegurar a sua unidade, o seu equilíbrio e o seu desenvolvimento” [...].⁴

Desta forma, nesta característica do processo educacional, é preciso considerar o sistema educacional como aspecto da sociedade global, à luz dos processos gerais de mudança cultural. As escolas não funcionam como algo à parte, capazes de modelar a sociedade. Não são agências extra-societárias: encontram-se inseridas no sistema social e não acima e sobre ele. Deve-se também destacar que o efeito da educação, visto na sua totalidade, é o de aumentar a rapidez com que as várias mudanças, tanto tecnológicas quanto materiais, se expandem na sociedade. Com efeito, este fator é visto de forma ambivalente por aqueles que compõem a sociedade: se, por um lado, realmente há o desejo de que a escola estimule a mudança no campo material e tecnológico, por outro lado, espera-se que mantenha inalterados os padrões de relações, as normas e os valores de uma sociedade. Em outras palavras espera-se que o sistema educacional impeça qualquer mudança no âmbito dos sentidos e crenças relativas às relações humanas e que, ao mesmo tempo, ensine a ciência e a tecnologia – as quais, quase certamente, tornarão obsoletas algumas formas de relações humanas.

É inevitável que todos os indivíduos, satisfeitos com o *status quo* de uma sociedade dada, em que vivem, esperam que a instituição escola transmita inalteradas, à nova geração, as normas de sociedade. Para essas pessoas, qualquer modificação que os professores tentem introduzir, compreendendo a educação como “prática da liberdade”, segundo as palavras de Paulo Freire, é vista com desconfiança. Esperam, assim, que a escola contribua para manter inalterada a sociedade, apesar de seus inúmeros problemas. Dessa forma, fixa-se uma função conservadora para a escola, reservando-se sua função inovadora para alguns aspectos do conhecimento. Tal constatação é válida também para sociedades em período de revolução: não é a escola que inicia, mas é ela que tem a responsabilidade de consolidá-la, transmitindo a seus alunos os novos valores [...].⁵

⁴ Id, ibidem, p. 224.

⁵ Id, ibidem, pp. 224 – 225.

Além disso, a escola, como foi dito acima, pode não funcionar como algo à parte, capaz de modelar a sociedade, pois se encontra inserida no sistema social e não acima e sobre ele. Mas, no processo social, sabe-se que a educação pode funcionar como um dos alicerces fundamentais da sociedade. Prova disto é que a escola é a primeira oportunidade que a criança tem para aprender a conviver com outras crianças fora do ambiente familiar. Por conseguinte, conforme pensam alguns autores, a escola precisa atingir quatro objetivos muito importantes:

- Transmitir conhecimentos;
- Formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres;
- Preparar para o trabalho;
- Promover o desenvolvimento pessoal.⁶

2.4. Sociedade do Conhecimento

Na conjuntura atual, a sociedade parece dominada pelas *indústrias do conhecimento*, que não produzem bens e serviços, mas sim idéias e informações. A título de exemplo, a algumas décadas atrás, em todos os cantos do mundo, não só nos países subdesenvolvidos, os homens da linha de montagem e os operadores de máquinas semi-qualificados constituíam o centro da mão-de-obra. Na atualidade, quem se encontra no centro é o empregado com conhecimento, que aplica, ao trabalho produtivo, idéias, conceitos e informações, e não habilidade manual ou força muscular. Há quem diga que, na sociedade hodierna, a única ocupação enorme é o ensino, este entendido pelos defensores de tal idéia como o fornecimento sistemático de conhecimentos e o treinamento sistemático em sua aplicação. Se nas organizações empresariais está-se tornando obsoleto o aprendizado prático, significa que, sucedido da experiência, deverá ser posto em seu lugar o conhecimento, ou seja, a organização sistemática das informações e conceitos. Como a escola deve-se ajustar a essa nova exigência? A esta pergunta, pode-se ter como resposta a seguinte afirmação de Lakatos e Marconi:

⁶ GIL, *Educação Inclusiva: O que o Professor tem a ver com isso?*, p. 14. In: <http://www.planetaeducacao.com.br/new/redesaci_educ_incl.pdf>

[...] Qualquer pessoa que alguma vez tenha adquirido habilidade baseada no conhecimento “aprendeu a aprender”. Isso significa que, com maior rapidez, pode adquirir novas e diferentes habilidades. O aprendizado prático limitava-se a preparar o indivíduo para uma habilidade específica, ensinando-lhe a utilização de um conjunto específico de instrumentos para alcançar determinado objetivo; ora, a fundamentação do conhecimento fornece a necessária capacidade às pessoas para, inclusive, desaprender e reaprender. Este é o papel para o qual a escola é chamada hoje. [...].⁷

2.5. A educação e a cidadania

Do que foi dito no parágrafo anterior, surge um questionamento: como corresponder à necessidade exposta acima? Eis o grande desafio que a escola do futuro terá de enfrentar. É também por esta razão que a educação deve tornar-se cada vez mais uma questão pública, em todos os países, e de forma especial, no Brasil. Desta forma, a educação precisa ser vista como um instrumento de formação ampla, de luta pelos direitos da cidadania e da emancipação social. Por isso, ela deve preparar as pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir, coletivamente, um projeto de inclusão e de qualidade social. Para tanto, o Brasil possui na sua *Constituição Federal* de 1988, três artigos que servem como fundamentado, pois concebem a educação como direito social: os artigos 06, 205 e 208. Analisando cada um desses artigos, verifica-se que o 6º determina que a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados são direitos sociais.⁸ O artigo 205º, por sua vez, afirma a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.⁹ E, finalmente, o Artigo 208º aponta que

⁷ LAKATOS e MARCONI, op. cit., p. 225.

⁸ *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, p. 18.

⁹ Ibidem, p. 152.

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II – progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade;
- V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI – oferta de ensino no turno regular, adequado às condições do educando;
- VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis pela freqüência à escola.¹⁰

A partir daí, pode-se perceber que a idéia de cidadania não se coaduna a uma perspectiva mercadológica da educação. Neste sentido, surge a proposta do projeto de inclusão, o qual estabelece que a escola deve promover uma formação ampla voltada para o desenvolvimento de valores e atributos inerentes à idéia de cidadania, o que permitiria uma intervenção ativa, crítica e construtora de cultura, da história e da sociedade em que estão inseridos seus alunos, professores etc, privilegiando todas as dimensões de suas relações com o mundo. Este plano se opõe a soluções globalizantes para a educação que, com o intuito de formar indivíduos pretensamente consumidores e competitivos, uniformizam e despotencializam as relações sociais.

Nessa dimensão, a escola se redefine como um espaço democrático de elaboração de valores, de tolerância e respeito às diferenças, de produção, recriação e disseminação de conhecimento e de convivência humana e social, cultural e política, levando sempre em consideração a realidade das relações sociais e de trabalho.¹¹

Todavia, falar-se-á com mais precisão na questão da inclusão mais adiante. Por hora, basta saber que, aqui, a cidadania é entendida como algo construído e que constantemente é

¹⁰ Ibidem, p. 153.

¹¹ GARCEZ, *Da Construção de uma Ambiência Inclusiva no Espaço Escolar*, p. 35. In: <<Liliane_Garcez_diss[1].pdf>>

re-elaborado na formação, trabalhada na busca incansável da inclusão de todos, abrangendo os diversos setores sociais historicamente excluídos, sempre dentro de uma dada realidade social. Diferencia-se, portanto, de um conceito “homogeneizador” e vazio de sentido, de significado único e relacionado ao mercado. Nesta concepção, a escola, garantida e financiada pelo Estado, é construída por todos – alunos, pais, professores, servidores técnico-pedagógicos, técnico-administrativos e de apoio – como o espaço público de troca e elaboração de experiências, que visa a articulação das ações possíveis e necessárias à solução dos problemas de cada comunidade e do desenvolvimento de todos. Além disso, Claudia Pereira Dutra garante que esta escola formadora de cidadania faz o educador ver que ele não é o centro do processo educacional, antes, seu próprio saber está em formação e depende da comunidade. Nesta escola, o educador tem como fundamental na sua vida

[...] pensar a educação, refletir o seu tempo e buscar a formação como um processo contínuo alicerçado nos avanços alcançados no campo da pedagogia, da sociologia, do direito e demais áreas do conhecimento, bem como nos saberes produzidos na experiência de cada projeto pedagógico e de cada comunidade.¹²

2.6. Cidadania e gestão democrática

Dentro desta perspectiva de cidadania, outro conceito importante é o da gestão democrática. É justamente essa gestão, tanto do sistema como das escolas, que pode possibilitar a democratização do acesso e a permanência das crianças e jovens nas escolas, a valorização do profissional da educação e a educação de boa qualidade para todos. Bem lembra Liliane Garcez que

A escola pública pertence ao público, que decide sobre o projeto pedagógico com o qual todos se comprometem, desempenhando seu papel com competência e responsabilidade. Essa gestão depende da intervenção dos setores organizados da sociedade e do aprofundamento da cidadania.¹³

¹² DUTRA, *Editorial*, p. 3. In: Revista *Inclusão*, N° 03, Dezembro de 2006.

¹³ GARCEZ, op. cit., p. 36.

Conquanto, inserida na *Constituição Federal* de 1988,¹⁴ o princípio da gestão democrática na área da educação não passa de uma normatização. Embora deva se destacar que se trata de um avanço, tal preocupação ser mencionada num documento do porte da Constituição e, que, desta forma, dela não possa ser retirado com facilidade, ele, para além de seu aspecto legal, relaciona-se como estratégia do processo de superação do autoritarismo, individualismo e das desigualdades sociais, com qualidade e eficiência, em contraposição à gestão exercida a serviço de interesses e objetivos particulares. Portanto, a gestão do sistema de educação, em todas as suas instâncias,

[...] deve ter como preceito básico a democracia objetivada: no caráter público e gratuito da educação, na inserção social, nas práticas participativas, na descentralização do poder, na socialização dos conhecimentos e das decisões.¹⁵

Deste modo, a fundamentação dessa gestão deve estar, pois, na essência de um espaço público de direito, o qual deve promover condições de igualdade, garantir estrutura material para promover um serviço educacional de boa qualidade, criar um ambiente de trabalho coletivo que vise à superação de um sistema educacional fragmentado, seletivo e excludente. Além disso, a criação deste ambiente de trabalho deve possibilitar a inter-relação do sistema educacional com o modo de produção e distribuição de riqueza, com a estruturação da sociedade, com a organização política, com a definição de papéis do Poder Público, com as teorias do conhecimento, com as ciências, com as artes e com as culturas. Neste sistema educacional,

[...] o eixo mobilizador são as atitudes democráticas das pessoas em todos [...] espaços de intervenção. A centralidade do sujeito, nessa perspectiva, realiza-se justamente quando, ao se elaborar e se executar o planejamento educacional, o movimento dialético de relações que se estabelecem entre a instituição educacional e a sociedade e entre os que estão no cotidiano escolar permeia o processo, de tal forma que possibilite aos participantes a utilização de mecanismos de construção e de implementação da qualidade social, contribuindo para o respeito às identidades sociais diferenciadas e para a democratização das instituições.¹⁶

¹⁴ Cf. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, art. 206, § IV, p. 152.

¹⁵ GARCEZ, op. cit., p. 37.

¹⁶ Id, ibidem, pp. 37 – 38.

Assim sendo, fica claro que as experiências democráticas que concorrem para o aperfeiçoamento da gestão democrática são as que reforçam a participação de todos os segmentos constitutivos da comunidade escolar. Não só isso, mas, tais experiências norteiam-se pela construção de projetos político-pedagógicos participativos e convivem com os estudantes e as representações dos grupos sociais existentes no seio das instituições escolares. Assim, enquanto os setores organizados, notadamente os da educação, têm coletivamente se preocupado em apontar um caminho para que a educação nacional possa ser efetivada como um direito de todos, apostando, para tal, na via da construção da cidadania para o desenvolvimento do país, os documentos do governo têm demarcado uma série de regras a serem executadas, privilegiando o caminho da conquista de conhecimentos técnicos e de novas tecnologias para que o ingresso do Brasil no grupo de países “desenvolvidos” seja atingido a partir da capacitação da mão-de-obra nacional.

Contudo, apesar de vários governos mais ou menos autoritários tentarem dar respostas rápidas e conjunturais, descrevendo a educação como estratégia desenvolvimentista, o que uma análise, ainda que superficial, mostra, é que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil e sua taxa de analfabetismo, quando comparados com outros países, são preocupantes. A partir desta taxa de analfabetismo, pode-se concluir que, a despeito de estar na época das novas tecnologias, da sociedade globalizada e da informação em tempo real, o Brasil continua a ocupar uma posição inferiorizada, tal a gravidade do déficit educacional acumulado ao longo da sua história. Por conseguinte, na perspectiva da construção de um Estado mais democrático e homogêneo, em termos de justiça social, desenvolvimento econômico e educacional, questões estruturais têm sido delegadas a segundo plano. Políticas de inclusão e de investimento específicas para reduzir esses índices de exclusão social, de modo a providenciar progressivamente os recursos necessários para que, localmente, bairros, regiões, Municípios e Estados consigam sair dessa condição são urgentes. Neste sentido, *O Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira* chama atenção dos cidadãos para a necessidade de transformar a sociedade.

A educação é aqui entendida como um instrumento de formação ampla, de luta pelos direitos da cidadania e da emancipação social, preparando as pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir, coletivamente, um projeto de inclusão e de qualidade social para o país.¹⁷

¹⁷ FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, *Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira*, p. 9.

Aqui a educação desempenha um papel social importante na formação dos cidadãos, uma vez que, conscientes do seu papel social, possam ter instrumentos para atuar, no sentido de diminuir as desigualdades sociais. De outro lado, tem-se a mesma fórmula montada com uma lógica diferente: a da educação como serviço prestado pelo Estado, que pode ser financiada por quem se dispuser a isso, voltada para a capacitação e hierarquizada para atender às demandas do mercado. Deste modo, o termo educação tem sido utilizado, há muito tempo, como sinônimo de escolarização, guardando ainda estreita relação com o fornecimento de diplomas e certificados. No entanto, a educação, como política pública, precisa caminhar associada à idéia de sistema, pois, leva ao fato de que há diversos fatores que agem com os mesmos fins e propósitos a serem atingidos, de forma organizada, coordenada e integrada, numa distribuição geográfica definida. Desta maneira, existe a concepção de um Sistema de Educação como expressão institucional do esforço organizado, autônomo e permanente do Estado e da sociedade, que tem como objetivo

[...] construir, de forma articulada, as diferentes instâncias e níveis da administração e as escolas – estas, diversas em múltiplos aspectos –, para que sejam unificadas pelos mesmos objetivos e diretrizes de organização e, sobretudo, para que garantam um mesmo padrão de ensino, de boa qualidade. [...].¹⁸

Desta forma, pode-se afirmar que, não havendo um objetivo comum para orientar todas as ações a serem realizadas e sem uma junção de esforços, há duplicidade de providências, falta de planejamento articulador, dispersão de recursos, e a idéia de que o sistema se esfacela. Ainda mais, um sistema de ensino deve dar conta de aperfeiçoar seus professores em serviço, devido à substância de seu objeto de trabalho: o conhecimento em constante transformação. Isso implica duas dimensões indissociáveis e igualmente importantes: a transmissão de saberes estabelecidos e a construção de novos conhecimentos. A *Lei de Diretrizes e Bases* (LDB) da Educação Nacional, no artigo 67, dispõe esta obrigação da seguinte maneira:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive, nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos

¹⁸ GARCEZ, op. cit., p. 40.

- II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III – piso salarial profissional;
- IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI – condições adequadas de trabalho.¹⁹

A que se admitir que a consecução dos projetos político-pedagógicos das escolas públicas e o fortalecimento dos sistemas educacionais dependem, em grande parte, desta valorização dos profissionais disposta em lei, quer pela formação continuada em si, quer pelo fortalecimento das relações entre os diferentes níveis e modalidades e seus participantes. É nessa hora que aumenta a possibilidade de ter como objetivo o processo de gestão democrática, com o acesso de todos ao conhecimento socialmente acumulado e sua constante revisão. Com isso, conta-se com o apoio da *Constituição Federal* de 1988. Pois, esta marcou a intenção de construir uma sociedade livre, justa e igualitária, capaz de erradicar o quadro de pobreza e marginalidade, reduzir as desigualdades sociais e regionais e, ao mesmo tempo, superar todos os tipos de preconceitos – origem, raça, sexo, cor, idade e outras formas de discriminação. Mesmo assim, a realidade social continua apresentando dados não condizentes com a proposição constitucional, principalmente no âmbito educacional. Tornou-se corriqueiro afirmar que a construção da cidadania, entendida como resultado de históricas lutas desenvolvidas pelos diferentes grupos sociais, seja estratégica na formação de novos sujeitos sociais e possibilite a reversão dessa situação. Contudo,

[...] A promoção de valores como respeito à diversidade cultural, racial e étnica, ao meio ambiente, à orientação sexual, aos direitos humanos e à tolerância não pode ser implementada apenas como mero conteúdo, mas incorporada como prática no cotidiano escolar. [...] Se assim não for, corre-se o risco de, a exemplo do que acontece com relação ao comprometimento da sociedade para com a criança e o adolescente, ter-se uma das legislações mais avançadas e, de outro lado, ostentar elevadíssimos índices anti-sociais. [...] Neste exemplo, a concretização dos direitos humanos detalhados a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente [...], que ensejou a implementação de diversas instâncias como Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Fóruns de Direitos da Criança e do Adolescente, demanda um comprometimento de todos – da família, da comunidade e do Estado.²⁰

¹⁹ Lei 9.394/96, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB).

²⁰ GARCEZ, op. cit., p. 42.

Leis como essa citada por Garcez foram criadas no final da década de 1980 e início dos anos de 1990. Na verdade, isso reflete, de alguma maneira, uma preocupação dos legisladores em criar leis que dêem conta, ainda que de forma utópica, dos anseios da maioria da sociedade e das discussões travadas no âmbito internacional. A *Declaração Mundial de Educação para Todos*, realizada em março de 1990 em Jomtien (Tailândia), ratificou, de maneira detalhada, o ideário proposto quarenta anos antes pela *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Citada como documento-base na construção do Plano Nacional de Educação, estabelece como princípio básico que “toda a pessoa tem direito à educação”.

Assim, sua importância, como documento fruto do consenso de cento e cinqüenta países, fica demonstrada quando seu conteúdo desponta como indispensável nas discussões, tanto do governo nacional, como da sociedade civil organizada. Pois, estabelece metas como a erradicação do analfabetismo e a universalização da educação básica. O artigo 1º da *Declaração Mundial de Educação para Todos* discute a educação como estratégia para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, para que toda pessoa possa desenvolver suas potencialidades, saber como obter informação e conhecimentos, e assumir atitudes e valores em favor do bem comum. Pontua a educação como processo que não está restrito à escola, embora essa tenha um papel fundamental na disseminação e construção de conhecimento, e deva, portanto, empenhar-se nessa tarefa.²¹ A universalização do acesso a uma educação de igual qualidade para todos influenciou o *Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira*. Assim está articulado:

Um sistema não é unidade na identidade, uma unidade monolítica indiferenciada, mas unidade na diversidade, um todo que articula a uma diversidade de elementos que, ao se integrarem ao todo, nem por isto perdem sua própria identidade.²²

A partir desta declaração, percebe-se porque, para Marta Gil, coordenadora da Rede SACI (Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação), uma rede de informação sobre deficiência, a escola com qualidade forma pessoas felizes e cidadãos conscientes. Por isso, esta escola de qualidade:

²¹ Cf. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*. New York: WCEFA, abril de 1990. In: <<www.unesco.org.br>>

²² FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, op. cit., p. 30.

- Favorece e incentiva a criação de laços de amizade entre todos os alunos;
- Considera os conteúdos acadêmicos como meios para se conhecer o mundo e não como um fim em si mesmos;
- Estabelece parceria com as famílias e a comunidade para elaborar e cumprir o projeto escolar;
- Favorece práticas e métodos pedagógicos que incentivam a formação de conhecimento compartilhado entre professor e alunos, em vez de despejar conteúdos formados por verdades prontas e acabadas;
- Adota a transversalidade curricular (estudos que integram vários tipos de conhecimento) em substituição à obrigação do consumo passivo de informações e de conhecimentos sem sentido;
- Incentiva a criatividade e a autonomia do aluno em busca do próprio conhecimento;
- Prefere temas de estudo relacionados à realidade, à identidade social e cultural dos alunos;
- Ensina o valor da diferença e da convivência para os alunos a partir do exemplo dos professores e da comunidade escolar e pelo ensino ministrado nas salas de aula;
- Desenvolve atividades que não destacam os alunos que sabem mais dos que sabem menos;
- Adota o processo de avaliação que acompanha a evolução das competências de cada aluno;
- Organiza as turmas escolares por ciclos de formação e de desenvolvimento, respeitando o ritmo de cada um.²³

Daqui decorre que a educação de qualidade, ou seja, a educação que forma para a cidadania e, portanto, é efetivada em uma gestão democrática é alicerçada sobre o princípio de que todos os alunos sabem alguma coisa e que todos podem aprender, cada um com a sua forma e com seu tempo próprios. Nesta forma de educação, o professor tem altas expectativas em relação a todos os seus alunos, pois sabe que eles só aprenderão se o educador acreditar que isso é possível; além disso, o professor é livre da idéia de que somente ele tem algo a ensinar na classe e acredita que seu aluno também tem seu próprio saber. Percebe-se também que outro princípio norteador é o de que deve-se dar oportunidades para o aluno aprender a partir do que sabe e chegar até onde é capaz de progredir, afinal, os alunos aprendem mais quando tiram suas dúvidas, superam incertezas e satisfazem curiosidade. Neste sentido, é promovido sempre o diálogo entre os alunos e suas diferentes características étnicas, religiosas, de gênero, de condição física, etc. Assim, está claro que, nesta forma de ensino, todos interagem e constroem ativamente conceitos, valores, atitudes, em vez de priorizar o ensino expositivo em sala de aula.

²³ GIL, *Educação Inclusiva: O que o Professor tem a ver com isso?*, pp. 75 – 76. In: <http://www.planetaeducacao.com.br/new/redesaci_educ_incl.pdf>

Aqui já se vislumbra a educação como elemento essencial no processo de inclusão. Ou melhor, já se pode ver a própria educação como sendo inclusiva. Com efeito, diante de tudo que foi exposto neste tema, é que se pode perceber a educação como construtora da cidadania. Se ela ajuda na construção da cidadania, ela, necessariamente, é inclusiva. No entanto, isto se constitui em um tema a parte, que será agora discorrido.

Desta forma, o leitor é convidado a mergulhar no corpo deste trabalho e, assim, conhecer melhor sobre *a educação inclusiva para pessoas portadoras de deficiência*. Com este intuito, que se inicie o itinerário.

3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

3.1. Conceito de inclusão

No tema anterior, a educação foi apresentada como elemento fundamental na construção da cidadania. Isso serve de base para que, necessariamente, se perceba que a educação precisa ser inclusiva, o tema que será abordado neste tópico do presente trabalho. É impossível conceber a educação como formadora de consciências e de cidadãos, sem que se chegue à conclusão – numa sociedade profundamente marcada pela diversidade em todos os níveis e modos – de que ela precisa despertar o cidadão para a inclusão. Com efeito, para que se pense em uma *educação inclusiva*, faz-se necessário, antes de qualquer coisa, compreender *o que é inclusão*. Somente a partir de tal conceito poder-se-á acercar-se a uma definição próxima deste determinado tipo de educação. Com base no pensamento da Professora Doutora Maria Teresa Eglér Mantoan²⁴ da Faculdade de Educação da UNICAMP (Universidade de Campinas/SP), pode-se conceber a inclusão como a capacidade de entender e reconhecer o outro e, deste modo, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes. Conforme Mantoan, “[...] dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro”.²⁵ Destarte, a escola precisa ser o reflexo da vida cotidiana, daquilo que se vive fora da instituição. Como tal, percebe-se que na proposta de inclusão

[...] O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas

²⁴ Cf. MANTOAN, “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”. In: <http://www.revistaescola.abril.com.br/edicoes/0182/aberto/mt_67180.shtml>

²⁵ Id, ibidem.

pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. Além disso, para nós, professores, o maior ganho está em garantir a todos o direito à educação.²⁶

A partir destas palavras, comprehende-se que o tema da inclusão implica também em diversidade, diferença. Todavia, devido a delimitação do sub-tema, limite-se o leitor a contentar-se com a constatação de que a incorporação do tema da diversidade ao currículo escolar pode contribuir para o aprendizado dos alunos e também para construção de sua cidadania. Além disso, a diversidade é um assunto muito amplo e abrange a deficiência, a pobreza, questões raciais e outras. Para por fim a este assunto, cabe lembrar que a autora supracitada assevera que

[...] temos o direito à igualdade quando as diferenças inferiorizam-nos e o direito à diferença quando a igualdade descaracteriza-nos. Essa máxima reafirma que a diferença é difícil de ser negada, desvalorizada. A diferença implica o conflito, o dissenso e a imprevisibilidade, a precariedade/impossibilidade do cálculo e das definições precisas, a multiplicidade incontrolável e infinita – ela nos mostra que a inclusão não pode ser impedida e tolhida em seus propósitos. Se, contudo, for recusada, devemos assimilá-la ao igualitarismo essencialista e, se aceita e valorizada, temos de mudar de lado e romper os pilares nos quais a escola tem-se firmado até agora.²⁷

Após estas breves reflexões de Mantoan e, partindo da clareza de suas palavras daquilo que vem a ser inclusão e, consequentemente, diversidade, é possível se chegar a um conceito de *educação inclusiva*. Com efeito, seguindo os pensamentos desta mulher que demonstra ser uma grande humanista, salta à vista a importância da inclusão na própria vivência da essência do ser humano. Ser um ente substancialmente humano é ser alguém inclusivo e incluído. A manifestação plena da natureza humana implica inclusão. Mais ainda, é própria do ser humano a diversidade. Basta pensar nas diferentes etnias, formas de governo, religiões, modelos de sociedade... para perceber que não há como fugir da diversidade. Além

²⁶ Id, ibidem.

²⁷ Id, *Infância e diferenças na escola*, p. 8. In: Revista Pátio, Ano III, Nº 9, Novembro 2005/Fevereiro de 2006.

disso, o pluralismo presente na sociedade hodierna deixa claro que não há lugar para a exclusão e o igualitarismo.

3.2. Conceito de Educação Inclusiva

Do que foi dito acima, está claro que a educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que, estas respondam à diversidade de alunos. Assim sendo, a educação inclusiva é uma abordagem [humanística](#), [democrática](#), que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. Segundo Mantoan, “[...] A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. [...]”.²⁸ Conforme é abordado na enciclopédia eletrônica Wikipédia,

A Educação Inclusiva atenta à diversidade inerente à espécie [humana](#), busca perceber e atender as [necessidades educativas especiais](#) de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de [ensino](#), de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Prática [pedagógica](#) coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das [escolas](#), na formação humana dos professores e nas relações [família](#)-escola.

²⁸ Id, “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”.

Com força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma [sociedade inclusiva](#).²⁹

Dante destas abordagens, o leitor pode-se perguntar se há um consenso internacional quanto ao que vem a ser a educação inclusiva. A resposta é positiva. De acordo com o *Seminário Internacional do Consórcio da Deficiência e do Desenvolvimento* (International Disability and Development Consortium – IDDC) sobre a educação inclusiva, realizado em março de [1998](#) em [Agra](#), na [Índia](#), um sistema educacional inclusivo é aquele que

[...] abrange a definição ampla deste conceito, nos seguintes termos:

- Reconhece que todas as crianças podem aprender;
- Reconhece e respeita diferenças nas crianças: idade, sexo, etnia, língua, deficiência/inabilidade, classe social, estado de saúde (*i.e.* [HIV](#), [TB](#), [hemofilia](#), [Hidrocefalia](#) ou qualquer outra condição);
- Permite que as estruturas, sistemas e metodologias de ensino atendam as necessidades de **todas as crianças**;
- Faz parte de uma estratégia mais abrangente de promover uma sociedade inclusiva;
- É um processo dinâmico que está em evolução constante;
- Não deve ser restrito ou limitado por salas de aula numerosas nem por falta de recursos materiais.³⁰

A respeito dos pontos enumerados acima, para a educadora Anamaria Vasconcelos, o que resume todo o processo de inclusão na educação é a tentativa de uma formação totalmente alicerçada na cidadania. Para Vasconcelos, a inclusão que se estabeleceu no âmbito da educação nos mais diversos países, é um movimento que

[...] busca estabelecer uma sociedade mais justa, no entanto, estaremos sempre incorrendo no risco de excluir e para que as exclusões não predominem, ou melhor, prevaleçam, é preciso criar espaços de escuta e de discussões nas instituições, olhar cada criança uma a uma, cuidar das instituições de ensino, nas suas estruturas internas e criando pontos extremos com todos aqueles que se ocupam da criança.³¹

²⁹ *Wikipédia*. In: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Educação_inclusiva>>

³⁰ Ibidem.

³¹ VASCONCELOS, *A inclusão de crianças marcadas pelo autismo ou psicose infantil*, p. 23. In: Revista Gestão em Rede, Nº 73, Outubro de 2006.

Ora, para que haja uma educação inclusiva, é necessário que haja também as pessoas excluídas, é lógico. Por isso, é preciso saber o perfil daqueles que precisam ser incluídos, ou seja, quem são os educandos que tem necessidades educacionais especiais. Marta Gil recorda na nota de rodapé 1 do seu livro *Educação Inclusiva: O que o Professor tem a ver com isso?* que, segundo o Parecer CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica) nº 02/01, os educandos que apresentam necessidades educacionais especiais são aqueles que, durante o processo educacional, demonstram:

- a) dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitação no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares compreendidas em dois grupos: aquelas vinculadas a uma causa orgânica específica e aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações e deficiências;
- b) dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando adaptações de acesso ao currículo com a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
- c) altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os levem a dominar rapidamente os conceitos, os procedimentos e as atitudes e que, por terem condições de aprofundar e enriquecer esses conteúdos, devem receber desafios suplementares.³²

Para que haja uma educação inclusiva, é necessário também haver uma escola inclusiva. Por ser tão óbvia tal constatação, parece fácil definir uma escola inclusiva. Destarte, para Peter Moss, “a boa escola” é a escola inclusiva. Neste sentido, Moss afirma que “*Uma boa escola deve receber e responder à diversidade, pois, do contrário, ela não faz justiça às crianças, às famílias e aos professores*”.³³ Aqui, apesar de não definir o que é uma escola inclusiva, fica claro a profunda relação entre esta escola e a diversidade. No entender de Gil, “*A Escola Inclusiva respeita e valoriza todos os alunos, cada um com a sua característica individual e é a base da Sociedade para Todos, que acolhe todos os cidadãos e*

³² GIL, op. cit., p. 13.

³³ MOSS, *Entrevista*, p. 15. In: Revista Pátio, Ano III, Nº 9, Novembro 2005/Fevereiro de 2006.

se modifica, para garantir que os direitos de todos sejam respeitados".³⁴ Com efeito, deve-se salientar o conceito de escola inclusiva dado por Mantoan. Em tal conceito, está presente a ênfase dada à construção de um projeto pedagógico de qualidade que envolva o fim das repetências, a valorização da cultura de cada indivíduo, a revisão das práticas pedagógicas e a liberdade da metodologia utilizada pelo próprio aluno no seu processo de aprendizagem. Assim está expressado o parecer desta grande educadora, com base na sua própria experiência de ensino: o que faz uma escola ser inclusiva é

Em primeiro lugar, um bom projeto pedagógico, que começa pela reflexão. [...] A equipe da escola inclusiva deve discutir o motivo de tanta repetência e indisciplina, de os professores não darem conta do recado e de os pais não participarem. Um bom projeto valoriza a cultura, a história e as experiências anteriores da turma. As práticas pedagógicas também precisam ser revistas. Como as atividades são selecionadas e planejadas para que todos aprendam? Atualmente, muitas escolas diversificam o programa, mas esperam que no fim das contas todos tenham os mesmos resultados. Os alunos precisam de liberdade para aprender do seu modo, de acordo com as suas condições. E isso vale para os estudantes com deficiência ou não.³⁵

Na mesma linha do pensamento de Mantoan, segue Iris de Moura Malheiros. Para esta educadora, a inclusão escolar, para além de grandes discussões, por vezes, sem resultados, “[...] é factível, relevante e possível, porém requer mudanças de comportamento, de ótica e da própria prática educativa. Supõe, por este motivo [...] um novo olhar sobre o foco da aprendizagem, tirando os olhos dos conteúdos e colocando-os no aprendiz”.³⁶ Além disso, por ser uma das características mais importantes da educação inclusiva o envolvimento das famílias dos educandos, bem como o da comunidade, a escola inclusiva

[...] poderá beneficiar-se com parcerias com universidades, organizações não governamentais, escolas SENAI, APAEs, centros de reabilitação, entidades

³⁴ GIL, op. cit., p. 14.

³⁵ MANTOAN, “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”.

³⁶ MALHEIROS, *Uma reflexão sobre a inclusão*, p. 22. In: Revista Gestão em Rede, Nº 72, Setembro de 2006.

de pessoas com deficiência, associações de bairro, associações comerciais locais etc. Essa rede de parceiros, que inclui a participação da família, será fundamental para a escola conseguir os recursos humanos e materiais de que precisa para oferecer a melhor educação para todos os seus alunos.³⁷

Abrangendo todas as colocações dos diversos autores, a Professora Doutora Leny Magalhães Mrech da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, defende que, no estabelecimento dos suportes técnicos, deverão ser privilegiados os seguintes aspectos na montagem de uma política educacional de implantação da chamada escola inclusiva:

1. Desenvolvimento de políticas distritais de suporte às escolas inclusivas.
2. Assegurar que a equipe técnica que se dedica ao projeto tenha condições adequadas de trabalho.
3. Monitorar constantemente o projeto dando suporte técnico aos participantes, pessoal da escola e público em geral.
4. Assistir as escolas para a obtenção dos recursos necessários à implementação do projeto.
5. Aconselhar aos membros da equipe a desenvolver novos papéis para si mesmos e os demais profissionais no sentido de ampliar o escopo da educação inclusiva.
6. Auxiliar a criar novas formas de estruturar o processo de ensino-aprendizagem mais direcionado às necessidades dos alunos.
7. Oferecer oportunidades de desenvolvimento aos membros participantes do projeto através de grupos de estudos, cursos, etc.
8. Fornecer aos professores de classe comum informações apropriadas a respeito das dificuldades da criança, dos seus processos de aprendizagem, do seu desenvolvimento social e individual.
9. Fazer com que os professores entendam a necessidade de ir além dos limites que as crianças se colocam, no sentido de levá-las a alcançar o máximo da sua potencialidade.
10. Em escolas onde os profissionais tem atuado de forma irresponsável, propiciar formas mais adequadas de trabalho. Algumas delas podem levar à punição dos procedimentos injustos.

³⁷ GIL, op. cit., p. 23.

11. Propiciar aos professores novas alternativas no sentido de implementar formas mais adequadas de trabalho.³⁸

Assim, fica patente a importância da pessoa do estudante, bem como a valorização da sua capacidade de construir o seu próprio saber, independente da sua condição que o diferencia dos outros. Aliás, a educação inclusiva ajudará a pessoa a ver aquilo que a diversifica das outras pessoas como um elemento fundamental na constituição da sua identidade ímpar. Igualmente, é recomendável aos educadores a aceitação de suas próprias diferenças, afim de que também se coloquem como protagonistas qualificados da educação inclusiva.

3.3. Diferença entre o ensino integrado e o ensino inclusivo

Diante do que foi exposto acima, deve-se estar atento para que não se utilize as expressões *integrado* e *inclusivo* como se tivessem o mesmo significado, o que acontece comumente. Pode acontecer que no âmbito da ciência, da tecnologia, da sociologia ou de qualquer outro conhecimento humano estas palavras sejam sinônimas. Contudo, nos meios educacionais, estes termos representam grandes diferenças a nível da [filosofia](#) a qual cada termo serve. Por conseguinte, o ensino integrado

[...] refere-se às crianças com deficiência aprenderem de forma eficaz quando freqüentam as escolas regulares, tendo como instrumento a qualidade do ensino. No ensino integrado, a criança é vista como sendo *portadora* do problema e necessitando ser adaptada aos demais

³⁸ MRECH, *O que é Educação Inclusiva?* In: <http://www.inclusao.com.br/projeto_textos_23.htm>

estudantes. [...] A integração pressupõe que a criança *problemática* se reabilite e possa ser integrada, ou não obterá sucesso.³⁹

Em contrapartida, o ensino inclusivo tem por base a visão sócio-filosófica de *deficiência e diferença*. Assim, ele “[...] reconhece [...] que todas as crianças são diferentes, e que as escolas e sistemas de educação precisam ser transformados para atender às necessidades individuais de todos os educandos – com ou sem necessidade especial [...]”⁴⁰. Com isso, fica claro que a inclusão não significa tornar todos iguais, mas, respeitar as diferenças. Para tanto, é exigida a utilização de diversos métodos para que se responda às diferentes necessidades, capacidades e níveis de desenvolvimento individuais. Alguns pensadores vêem o ensino integrado como um passo em direção à inclusão. Todavia, tais idealistas se esquecem que sua maior limitação consiste no fato de que, se o sistema escolar se mantiver inalterado, apenas algumas crianças serão integradas.

Diante desta diferença constatada entre os dois modos de ensino, a história atesta que, até a década de 1970, a escola seguia o modelo da integração, isto é, aceitava somente os alunos que tivessem condições de acompanhar os métodos de ensino e o ritmo de aprendizagem da maioria dos alunos. A diferença, principalmente, a deficiência, era considerada um problema que estava na pessoa. Desta forma, a pessoa precisava ser “habilitada”, “educada” para que se tornasse apta à satisfação dos padrões sociais. Naquela época, quem não se encontrasse “pronto” para ingressar de imediato na escola, precisava passar por uma “preparação”, por uma classe especial ou escola especial, até ser considerado “sociável”. Foi a partir da década de 1980 que o modelo da integração começou a ser questionado. Já na década de 1990, o novo conceito proposto de educação – educação inclusiva –, estava consolidado. “[...] Por esse modelo, a deficiência não é um problema da pessoa mas, sim, o resultado da incapacidade da sociedade em atender às necessidades dessa mesma pessoa. [...]”⁴¹ Por conseguinte, a educação inclusiva ensina que é a sociedade que

³⁹ Wikipédia.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ GIL, op. cit., p. 30.

precisa tornar-se capaz de acolher todas as pessoas, independente das suas diferenças. A inclusão é um direito intransferível de todas as pessoas. No entender de Gil,

A Sociedade para Todos está em processo de construção. Hoje, vivemos um momento de transição entre modelos e idéias, por isso ainda estamos convivendo com classes especiais e Escolas Especiais. Mas, a Escola Inclusiva e o modelo da Inclusão vieram para ficar porque se baseiam em conceitos teóricos e práticos desenvolvidos pelos melhores educadores em todo o mundo e refletem o nosso momento histórico. [...] Esse momento de transição é inevitável porque adotar um novo modelo nunca é fácil. Um modelo de pensamento é uma espécie de filtro através do qual o mundo pode ser interpretado. Isto significa que, ao analisarmos um modelo, não o fazemos apenas racionalmente mas, também, e sobretudo, o fazemos emocionalmente. O modelo da Inclusão exige que abandonemos preconceitos e estereótipos em relação à Educação [...].⁴²

Também Malheiros dá seu parecer quanto a esta questão. Sua contribuição consiste em enfatizar o método da educação inclusiva como um processo educacional que está a serviço do aluno. Para que isso aconteça, esta educadora defende que é necessário uma mudança, acima de tudo, na mentalidade dos educadores. Com efeito, para Malheiros,

[...] a **inclusão** está em processo e é necessária para que a educação de fato se efetive. Mas ela só vai acontecer quando os educadores acreditarem que todo gesto, atitude, planejamento, ação e avaliação estão a serviço do aluno e que este pode aprender com tudo, em todos os ritmos e de vários modos, com diversos métodos e com tempo indeterminado. [...].⁴³

Por sua vez, Wagner de Angeli Ferraz adverte que o processo de inclusão é algo mais abrangente, pois, envolve toda a sociedade. Em seu pensamento fica implícito que a discussão sobre a educação inclusiva deve ultrapassar os limites da instituição escola. A preocupação com a educação inclusiva deve ser de todos, pois, de outra forma, ter-se-á um discurso inclusivo, porém, uma prática “integralista”. Todavia, a própria fala de Ferraz, em

⁴² Id, ibidem, pp. 30 – 31.

⁴³ MALHEIROS, op. cit., p. 22.

consonância com a de Malheiros, deixa claro que a educação inclusiva ainda é um processo que está em fase de gestação. Eis como se expressa Ferraz:

A discussão sobre a inclusão ultrapassa as questões técnicas e metodologias, porque diz respeito também às políticas públicas, ao envolvimento dos diversos setores da sociedade e aos microfascismos que fazem parte da subjetividade. E tudo isso exige boa dose de coragem e ousadia na afirmação da vida.⁴⁴

A Educação Inclusiva veio para substituir a escola tradicional, onde todos os alunos precisavam se adaptar ao mesmo método pedagógico e eram avaliados da mesma forma, como foi visto acima no conceito de educação integralista. Aquele educando que não se enquadrasse estava fora dos padrões considerados aceitáveis e era encaminhado para a classe especial, para a escola especial ou, simplesmente, acabava desistindo de estudar. Na escola inclusiva, nem ao menos se cogita a possibilidade de existência de classes especiais. Ou melhor, todas as classes e todos os alunos são muito especiais para o educador. Essa é a base da educação inclusiva: considerar a diferença de uma criança ou de um jovem como uma característica positiva que os alunos podem ter. E, desta forma, respeitar e valorizar essa diferença e encontrar formas adequadas para transmitir o conhecimento e avaliar o aproveitamento de cada educando. Vários estudos realizados no Brasil e no mundo, conforme atesta Gil, têm demonstrado que essa pedagogia centrada no aluno é benéfica para todos os estudantes porque:

- Reduz a taxa de desistência e repetência escolar;
- Aumenta a auto-estima dos alunos;
- Impede o desperdício de recursos;
- Ajuda a construir uma sociedade que respeita as diferenças.⁴⁵

⁴⁴ FERRAZ, *A estrutura de ensino está montada para receber um aluno ideal, com supostos padrões de desenvolvimento emocional e cognitivo*, p. 11. In: Revista Pátio, Ano III, Nº 9, Novembro 2005/Fevereiro de 2006.

⁴⁵ GIL, op. cit., p. 19.

Com efeito, percebe-se em todos os autores consultados a preocupação com que a Educação Inclusiva não seja simplesmente uma *moda passageira*. De fato, os diversos setores da sociedade, principalmente, os agentes componentes da instituição escola, não podem permitir que assim o seja. A educação inclusiva é o resultado de muitas discussões, estudos teóricos e práticas que tiveram a participação e o apoio de organizações e educadores, no Brasil e no mundo. Ela também é fruto de um contexto histórico em que se resgata a educação como lugar do exercício da cidadania e da garantia de direitos. Isto acontece quando se preconiza, por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), uma sociedade mais justa em que valores fundamentais são resgatados, como a igualdade de direitos e o combate a qualquer forma de discriminação. Percebeu-se que as escolas estavam ferindo estes direitos, tendo em vista os altos índices de exclusão escolar; populações mais pobres, pessoas com deficiência, dentre outros, estavam sendo, cada vez mais, marginalizadas do processo educacional. A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (1999) são alguns dos mais importantes documentos produzidos sobre este assunto. Portanto, é dever de todos valorizar e participar ativamente deste processo.

Diante do que foi dito até o presente momento, principalmente, na fala de alguns autores neste tema em que se encontra o leitor, pode-se chegar ao conceito de *educação inclusiva para pessoas portadoras de deficiência*. No entanto, isto se constitui na substância do próximo tema, o qual será apresentado agora ao leitor.

4. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

4.1. As pessoas portadoras de deficiência

No tema anterior, foi apresentada a proposta da educação inclusiva. Necessariamente, ao se falar neste modelo de educação, dever-se-á falar na *educação inclusiva para pessoas portadoras de deficiência*. Contudo, entes de adentrar a fundo no tema, é preciso explicitar quem são as pessoas com deficiência. Tão antiga quanto a humanidade, é a deficiência. Ao longo dos tempos, desde a pré-história até hoje, as pessoas sempre tiveram que decidir qual atitude adotar em relação aos membros mais vulneráveis da comunidade que precisavam de ajuda para obter alimento, abrigo e segurança, como as crianças, os idosos e as pessoas portadoras de deficiência. Quando se pensa em quem são as pessoas com deficiência, imediatamente remete-se àquilo que as torna diferentes das demais, ou seja, obviamente, a própria deficiência.

Portanto, é a partir do conceito que a deficiência tem para as pessoas que as mesmas se posicionam frente às pessoas com deficiência. Se alguém considera a deficiência como uma desgraça, provavelmente, vai se compadecer de uma pessoa com deficiência. Porém, alguém pode pensar diferente se considerar a deficiência como uma característica como outra qualquer e considerar que as dificuldades que a pessoa enfrenta são o resultado do ambiente despreparado para recebê-la. A tecnologia moderna é uma prova da verdade destas palavras, pois ela possibilita aquilo que tornava impossível a interação destas pessoas na sociedade. Com efeito, no Brasil, conforme atesta Marta Gil, há definições médicas sobre o que é a deficiência. As definições classificadas são as seguintes: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental, deficiência múltipla e surdocegueira.

A *deficiência física* se constitui na “[...] Alteração completa ou parcial dos membros superiores (braços) e/ou inferiores (pernas), acarretando o comprometimento da função

física".⁴⁶ Aqui é preciso fazer uma ressalva: a pessoa que tem uma deficiência física não significa que tenha um rebaixamento intelectual, pois, muitas pessoas têm esta confusão. O professor que na sua classe tenha um aluno com esta característica precisa saber esta diferença para que não ignore o potencial de tal aluno. Com algumas adaptações, o aluno conseguirá acompanhar os outros alunos. A *deficiência auditiva* é a "[...] Perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em graus e níveis, desde uma perda leve até a perda total da audição".⁴⁷ O educador pode trabalhar com os resíduos auditivos nas atividades educacionais, por meio de aparelhos auditivos, os quais amplificam o som da sala de aula. O conceito de *deficiência visual*, por sua vez, diz que esta se constitui naquilo que "[...] abrange desde a cegueira até a visão subnormal (ou baixa visão), que é uma diminuição significativa da capacidade de enxergar, com redução importante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes e limitação de outras capacidades".⁴⁸ A partir do momento em que a deficiência é constatada, há técnicas para trabalhar o resíduo visual nas atividades educacionais, no cotidiano e no lazer. Servindo-se de auxílios ópticos, as pessoas com baixa visão distinguem os vultos, a claridade, e os objetos a pouca distância. A visão se apresenta embaçada, diminuída, restrita em seu campo visual ou prejudicada de alguma maneira. Quanto à *deficiência mental*,

[...] Segundo a definição adotada pela AAMR (American Association of Mental Retardation – Associação Americana de Deficiência Mental), a deficiência mental é um "funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, coexistindo com limitações relativas a duas ou mais das seguintes áreas de habilidades adaptativas: comunicação, auto-cuidado, habilidades sociais, participação familiar e comunitária, autonomia, saúde e segurança, funcionalidade acadêmica, de lazer e trabalho. Manifesta-se antes dos dezoito anos de idade".⁴⁹

O aluno com deficiência mental possui seu potencial, o qual pode ser estimulado na classe e mediante o convívio com os colegas. Muitas pessoas, incorretamente, fazem confusão entre a deficiência mental e a doença mental (esquizofrenia, paranóias e outras). Ambos são fenômenos completamente diferentes. Não há surtos, nem ataques e nem convulsões na pessoa com deficiência mental. Desta forma, torna-se perfeitamente possível a convivência com esta pessoa. No que concerne ao conceito de *deficiência múltipla*, esta nada mais é que "[...] a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias

⁴⁶ Id, ibidem, p. 27.

⁴⁷ Id, ibidem, p. 27.

⁴⁸ Id, ibidem, p. 27.

⁴⁹ Id, ibidem, p. 28.

(mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam consequências no seu desenvolvimento global e na sua capacidade adaptativa”.⁵⁰ No tocante à surdocegueira, esta

[...] É uma deficiência única que apresenta as deficiências auditiva e visual juntas em diferentes graus. A pessoa surdocega pode desenvolver diferentes formas de comunicação para entender e interagir com as pessoas, com o meio ambiente e ter acesso a informações e a uma vida social com qualidade. Para sua autonomia, a pessoa surdocega precisa de um guia-intérprete para sua orientação e mobilidade, educação e trabalho.

Necessariamente, a surdocegueira não significa que a pessoa seja cega ou surda totalmente. Podem existir resíduos visuais e resíduos auditivos funcionais suficientes para escutar uma conversação, especialmente, quando é usado um aparelho auditivo. Há duas formas de classificar as pessoas surdocegas: a pessoa *surdocega pré-lingüístico*, que são as “[...] crianças que nascem surdocegas ou adquirem a surdocegueira nos primeiros anos de vida, antes da aquisição de uma língua [...]”,⁵¹ e a pessoa *surdocega pós-lingüístico*, que são “[...] crianças, jovens ou adultos que apresentam uma deficiência sensorial primária (auditiva ou visual) e adquirem a outra após a aquisição de uma língua (Português ou Língua de sinais), ou quando ocorre a aquisição da surdocegueira sem outros precedentes”.⁵² Para a comunicação com as pessoas surdacegas, geralmente, é utilizado o alfabeto digital, formado pelos dedos. A pessoa que se comunica com o surdocego forma as palavras, letra por letra, na mão da pessoa com a deficiência. Caso não saiba falar, o surdocego utiliza o mesmo método para se comunicar. Para surdocegos que ficaram deficientes depois de terem sido alfabetizados, a variante desse sistema é “escrever”, tal como num papel, sobre o braço ou sobre a mão do surdocego. Parece muito complicado, porém, os surdocegos se comunicam rapidamente e com muita eficiência utilizando esses sistemas.

Diante desta exposição, é oportuno recordar que pessoas que não conhecem pessoas com deficiência muitas vezes ficam sem jeito quando as encontram. Perante esta situação, a melhor forma de agir é com naturalidade, sem fazer de conta que a deficiência não existe. Pois, a deficiência é uma característica muito importante da pessoa e, por isso, precisa ser considerada devidamente. A pessoa com deficiência precisa ser vista como todas as outras: pode ter dificuldade em algumas atividades e facilidade em outras. Por isso, deve-se sempre

⁵⁰ Id, ibidem, p. 28.

⁵¹ Id, ibidem, p. 29.

⁵² Id, ibidem, p. 29.

lembra que tais pessoas têm o direito de assumir responsabilidades por suas próprias decisões, podem e querem fazer isso.

Vale também lembrar que: quando se necessita de alguma informação de uma pessoa com deficiência, deve-se dirigir diretamente a ela e não a seus acompanhantes ou intérpretes; deve-se perguntar antes de ajudar e, sempre que quiser, oferecer ajuda. Para isso, é preciso sempre esperar a oferta ser aceita antes de ajudar. Assim, faz-se necessário perguntar qual é a forma mais adequada para ajudar. É bom lembrar que, caso a oferta seja recusada, isso não é motivo para se ofender, pois, nem sempre as pessoas com deficiência precisam de ajuda. Caso o leitor não se sinta confortável ou seguro para fazer alguma coisa solicitada por uma pessoa com deficiência, é melhor procurar outra pessoa que possa ajudar. Também é oportuno recordar que não se deve excluir as pessoas com deficiência das atividades comunitárias. Antes, é preciso estimular a participação e deixar que elas decidam como e se querem fazer. Além disso, é aconselhável tratar as pessoas com deficiência de acordo com a sua faixa etária. As pessoas com deficiência têm os mesmos direitos, os mesmos sentimentos, os mesmos receios, os mesmos sonhos que qualquer outra pessoa.⁵³

Após esta breve apresentação de quem são as pessoas portadoras de deficiência, o leitor certamente deve se considerar pronto para mergulhar no objeto principal deste pequeno esboço acadêmico: *a educação inclusiva para pessoas portadoras de deficiência*. De tal modo que, sem mais delongas, será estudado agora este tema.

4.2. O conceito de Educação Inclusiva para pessoas portadoras de deficiência

Após ter visto a educação como construtora da cidadania e, necessariamente, como inclusiva, será agora apresentado ao leitor o tema que se pretende ser o centro deste trabalho acadêmico: *a educação inclusiva para pessoas portadoras de deficiência*. Com efeito, diante do que foi exposto no tema da educação inclusiva, principalmente, no que se refere aos

⁵³ Quanto a este parágrafo e ao precedente, cf. Id, ibidem, pp. 98 – 99.

conceitos de deficiência, o leitor não sentirá bastante dificuldade para adentrar no tema da inclusão de pessoas com deficiência. Neste contexto, sem mais perca de tempo, é propícia a ressalva feita por Mrech sobre o que “é” e o que “não é” o conceito de educação inclusiva para pessoas portadoras de deficiência. Para ela, o conceito de educação inclusiva para pessoas portadoras de deficiência “é”:

- atender aos estudantes portadores de necessidades especiais nas vizinhanças da sua residência.
- propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns.
- propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico.
- perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes.
- levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência.
- propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum.⁵⁴

Por sua vez, o conceito de educação inclusiva para pessoas portadoras de deficiência “não é”:

- levar crianças às classes comuns sem o acompanhamento do professor especializado.
- ignorar as necessidades específicas da criança.
- fazer as crianças seguirem um processo único de desenvolvimento, ao mesmo tempo e para todas as idades.
- extinguir o atendimento de educação especial antes do tempo.
- esperar que os professores de classe regular ensinem as crianças portadoras de necessidades especiais sem um suporte técnico.⁵⁵

Quanto ao primeiro item sobre o que “não é” educação inclusiva para pessoas portadoras de deficiência apresentado por Mrech, Mantoan discorda. Pois, para ela, um professor sem capacitação pode ensinar alunos com deficiência. Mantoan explica que o papel do professor não é ser especialista em deficiência, mas regente de classe. A responsabilidade de especialista em deficiência compete à equipe de atendimento especializado. Quanto a isso, não pode haver confusão: a função do regente é trabalhar os conteúdos, mas as parcerias entre os profissionais são muito produtivas.⁵⁶ Aqui fica claro que há diferença entre ser professor e equipe de atendimento especializado, a qual deve estar presente em todas as escolas. Contudo, Mrech, segundo atesta Thaís Gurgel, não está de todo equivocada. Gurgel é do parecer que

⁵⁴ MRECH, op.cit.

⁵⁵ Id, ibidem.

⁵⁶ Cf. MANTOAN, “*Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças*”.

*“Não basta acolher. A ordem do dia é garantir que os estudantes com deficiência avancem nos conteúdos. [...]”*⁵⁷ Gil também corrobora afirmando que

Matricular simplesmente uma criança com deficiência em uma classe comum, da escola comum, sem dúvida, é um passo importante na direção certa. Mas isso não é Educação Inclusiva. [...] Mesmo que algumas pessoas com deficiência tenham condições de freqüentar a escola tal como ela é hoje, e possam ter o mesmo aproveitamento da maioria das crianças, ainda assim, isso não é praticar Educação Inclusiva.⁵⁸

De qualquer forma, diante do que expuseram Mrech, Manton e Gil, fica claro que o ensino inclusivo para pessoas com deficiência não deve ser confundido com educação especial, a qual se apresenta numa grande variedade de formas, incluindo escolas especiais, unidades pequenas e a integração das crianças com apoio especializado. O ensino especial é desde sua origem um sistema separado de educação das crianças com deficiência, fora do “ensino regular”, baseado na crença de que as necessidades das crianças com deficiência não podem ser supridas nas escolas regulares. Existe ensino especial em todo o mundo, seja em escolas de freqüência diária, internatos ou pequenas unidades ligadas à escola de ensino regular. Também há diferenças entre o princípio da normalização e o da inclusão. O princípio da normalização

[...] diz respeito a uma colocação seletiva do indivíduo portador de necessidade especial na classe comum. Neste caso, o professor de classe comum não recebe um suporte do professor da área de educação especial. Os estudantes do processo de normalização precisam demonstrar que são capazes de permanecer na classe comum.⁵⁹

Diferentemente desta proposta, o processo de inclusão das pessoas com deficiência “[...] se refere a um processo educacional que visa estender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular. Envolve fornecer o suporte de serviços da área de Educação Especial através dos seus profissionais [...]”⁶⁰ Desta forma, percebe-se que a inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto. Mas, afinal, o que é educação inclusiva para pessoas portadoras de deficiência? Mrech afirma que “Por educação inclusiva se entende o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos

⁵⁷ GURGEL, *Inclusão, só com aprendizagem*, p. 39. In: Revista Nova Escola, Ano XXI, Nº 206, Outubro de 2007.

⁵⁸ GIL, op. cit., p. 24.

⁵⁹ MRECH, op. cit.

⁶⁰ Id, ibidem.

*os seus graus: da pré-escola ao quarto grau. [...]”*⁶¹. Para enriquecer mais ainda este conceito, vale ressaltar que Gil deixa entender que a educação inclusiva para pessoas portadoras de deficiência é um sistema de educação de ensino em que os alunos com deficiência freqüentam as escolas comuns, da rede pública ou privada, com colegas sem deficiências. E, para que isso ocorra, as escolas comuns precisam prever recursos e apoio para atender às necessidades destes alunos.⁶² Para que haja este tipo de educação, é necessário também haver uma escola correspondente à mesma. Destarte, para Mrech, a escola inclusiva de pessoas portadoras de deficiência é aquela que, através dela, se privilegiam os projetos de escola, que apresenta as seguintes características:

1. Um direcionamento para a Comunidade – Na escola inclusiva o processo educativo é entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. O alvo a ser alcançado é a integração da criança portadora de deficiência na comunidade.
2. Vanguarda – Uma escola inclusiva é uma escola líder em relação às demais. Ela se apresenta como a vanguarda do processo educacional. O seu objetivo maior é fazer com que a escola atue através de todos os seus escalões para possibilitar a integração das crianças que dela fazem parte.
3. Altos Padrões – há em relação às escolas inclusivas altas expectativas de desempenho por parte de todas as crianças envolvidas. O objetivo é fazer com que as crianças atinjam o seu potencial máximo. O processo deverá ser dosado às necessidades de cada criança.
4. Colaboração e cooperação – há um privilegiamento das relações sociais entre todos os participantes da escola, tendo em vista a criação de uma rede de auto-ajuda.
5. Mudando papéis e responsabilidades – A escola inclusiva muda os papéis tradicionais dos professores e da equipe técnica da escola. Os professores tornam-se mais próximos dos alunos, na captação das suas maiores dificuldades. O suporte aos professores da classe comum é essencial, para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem.
6. Estabelecimento de uma infraestrutura de serviços – gradativamente a escola inclusiva irá criando uma rede de suporte para superação das suas maiores dificuldades. A escola inclusiva é uma escola integrada à sua comunidade.
7. Parceria com os pais – os pais são os parceiros essenciais no processo de inclusão da criança na escola.
8. Ambientes educacionais flexíveis – os ambientes educacionais tem que visar o processo de ensino-aprendizagem do aluno.
9. Estratégias baseadas em pesquisas – as modificações na escola deverão ser introduzidas a partir das discussões com a equipe técnica, os alunos, pais e professores.
10. Estabelecimento de novas formas de avaliação – os critérios de avaliação antigos deverão ser mudados para atender às necessidades dos alunos portadores de deficiência.

⁶¹ Id, ibidem.

⁶² Cf. GIL, op. cit., p. 12.

11. Acesso – o acesso físico à escola deverá ser facilitado aos indivíduos portadores de deficiência.

12. Continuidade no desenvolvimento profissional da equipe técnica – os participantes da escola inclusiva deverão procurar dar continuidade aos seus estudos, aprofundando-os.⁶³

Em relação à décima primeira característica, Mantoan, em sua fala, adverte a respeito de algo que pode ser uma ressalva em relação ao que propõe Mrech. Para Mantoan, “*Além de fazer adaptações físicas, a escola precisa oferecer atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares, de preferência no mesmo local. [...]*”⁶⁴. Além disso, esta posição de Mantoan pode se constituir em uma décima terceira característica da escola inclusiva de pessoas portadora de deficiência: *atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares*. Com isso, não se está defendendo o ensino especial como sendo superior ao ensino inclusivo, senão colocando-o no seu devido lugar: servir como preparação para o ensino inclusivo. Por conseguinte, sendo preparação, ele só deve ser ministrado durante a fase de adaptação da criança portadora de deficiência, ou seja, deve ser temporário, nunca perene. Somente a título de ilustração, pode-se citar o exemplo dado por Mantoan: “[...] uma criança cega [...] assiste às aulas com os colegas que enxergam e, no contraturno, treina mobilidade, locomoção, uso da linguagem braile e de instrumentos como o soroban, para fazer contas. Tudo isso ajuda na sua integração dentro e fora da escola”⁶⁵. Contudo, nem sempre o ensino inclusivo para pessoas portadoras de deficiência é visto com bons olhos. Alguns autores não deixam de detectar as barreiras que se impõem a este tipo de ensino, as mais comuns são as seguintes:

- Atitudes negativas em relação à deficiência.
- Invisibilidade na comunidade das crianças com deficiência que não freqüentam a escola.
- Custo.
- Acesso físico.
- Dimensão das turmas.
- Pobreza.
- Discriminação por gênero.
- Dependência (alto nível de dependência de algumas crianças com deficiência dos que as cuidam).⁶⁶

⁶³ MRECH, op. cit.

⁶⁴ MANTOAN, “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”.

⁶⁵ Id, ibidem.

⁶⁶ Wikipédia.

Perante o que foi colocado, nada mais justo que apresentar agora ao leitor a tentativa de uma educação inclusiva no Brasil, principalmente, no que se refere à educação inclusiva de pessoas portadoras de deficiência.

4.3. A Educação Inclusiva para pessoas portadoras de deficiência no Brasil

Para que se fale do andamento da educação inclusiva de pessoas portadoras de deficiência no Brasil, é necessário que se reporte à *Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*, aprovada pelo Conselho Permanente da *Convenção da Organização dos Estados Americanos*, na sessão realizada em 26 de maio de 1999, na [Guatemala](#). Pois, o Congresso Nacional [brasileiro](#) aprovou o texto da Convenção Interamericana por meio do [Decreto legislativo](#) nº 198, de [13 de junho de 2001](#). A Convenção entrou em vigor, para o Brasil, em [14 de setembro](#) de 2001, nos termos do parágrafo 3, de seu artigo VIII. A Convenção, em seu artigo II, afirma que ela

[...] tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade. Enquanto os Artigos III e IV enumeram as ações que os Estados Partes se comprometem a tomar para alcançar o objetivo acordado. O conjunto de Artigos desta convenção apresentam medidas práticas, baseadas no princípio de eliminar toda e qualquer forma de discriminação baseada em deficiência.⁶⁷

Para compreender o objetivo da Convenção descrito acima, é necessário saber o que a mesma entende por *deficiência* e por *discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência*. Neste sentido, ela define em seu artigo I que:

1. O termo “deficiência” significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social;

⁶⁷ Ibidem.

*2. O termo “discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência” significa **toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência**, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. Não constitui discriminação a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado Parte para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência. Nos casos em que a legislação interna preveja a declaração de interdição, quando for necessária e apropriada para o seu bem-estar, esta não constituirá discriminação.⁶⁸*

Estes conceitos utilizados pela Convenção e que já foram vistos por alto em outras ocasiões acima, servirão para entender mais profundamente como o governo brasileiro tem encarado a questão da inclusão de pessoas portadoras de deficiência na educação. Com efeito, no ano de 2003, a Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação (MEC) iniciou o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade para a capacitação de gestores e educadores. Já no ano de 2005, o Programa contava com a adesão de 144 municípios-pólo que atuavam como multiplicadores da formação para mais 4.646 municípios da área de abrangência. O objetivo geral do Programa consiste em

[...] garantir o acesso de todas as crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais ao sistema educacional público, bem como disseminar a política de construção de sistemas educacionais inclusivos e apoiar o processo de implementação nos municípios brasileiros.⁶⁹

Os objetivos específicos do Programa são os seguintes:

- Subsidiar filosófica e tecnicamente o processo de transformação do sistema educacional brasileiro em um sistema inclusivo;
- Sensibilizar e envolver a sociedade em geral e a comunidade escolar em particular;
- Preparar gestores e educadores dos Municípios-pólo para dar continuidade à política de Educação Inclusiva;
- Preparar gestores e educadores para atuarem como multiplicadores nos Municípios de sua área de abrangência;
- Desenvolver projetos de formação de gestores e educadores para dar continuidade ao processo de implementação de sistemas educacionais inclusivos.⁷⁰

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ Ibidem.

Dito isto, cabe dizer que o *Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade* disponibiliza equipamentos, mobiliários e material pedagógico para que sejam implantadas salas de recursos para viabilização do atendimento nos municípios-pólo, apoiando o processo de inclusão educacional na rede pública de ensino. Uma das metas previstas do Programa era a de, até o final de 2006, realizar a formação de gestores e educadores para a educação inclusiva em 83,5% dos municípios brasileiros. O que foi alcançado. Para alcançar cerca de 80.000 educadores como parte da mesma ação inclusiva, a Secretaria de Educação Especial desenvolveu desde 2004 o *Projeto Educar na Diversidade*, que visa a formação de professores inclusivistas nos municípios-pólo. Uma das metas do Projeto era a de, até o final de 2006, atingir aproximadamente 30.000 educadores que atuavam em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. O que também foi alcançado.

Destarte, o Projeto se estabelece a partir de ações do Poder Público com o intuito de assegurar a educação para todos em sua forma mais ampla: o acesso e a permanência no ensino obrigatório, gratuito e de boa qualidade. Nas entrelinhas, ele apresenta a boa qualidade e a qualidade social como sinônimas, caracterizando-as como a busca de uma educação escolar com padrões de excelência e adequação aos interesses da maioria da população, no conjunto da sociedade. De acordo com essa perspectiva, são valores fundamentais a solidariedade, a autonomia, a liberdade e a cidadania para o desenvolvimento da consciência moral e de uma forma de agir segundo padrões éticos. A educação de qualidade social tem como consequência a inclusão social, por meio da qual, todos os brasileiros se tornem aptos ao questionamento, à problematização, à tomada de decisões, buscando as ações coletivas possíveis e necessárias ao encaminhamento dos problemas de cada um e da comunidade onde vivem e trabalham. Aqui, incluir significa possibilitar o acesso e a permanência, com sucesso, nas escolas, significa gerir democraticamente a educação, incorporando a sociedade na definição das prioridades das políticas sociais, em especial, a de educação. O que faz retomar a idéia de educação como elemento fundamental na construção da cidadania. Por isso, a Secretaria de Educação Especial, Claudia Pereira Dutra, assevera que

O **movimento nacional** para incluir os alunos com necessidades educacionais especiais na escola de ensino regular representa o compromisso com o princípio da igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos, prevista na legislação brasileira. [...] Para assegurar uma educação de qualidade é fundamental que os educadores sejam apoiados para desenvolver

uma prática pedagógica que transforme a realidade da escola, onde a diferença não signifique desvantagem. [...].⁷¹

Diante disto, uma coisa é certo, o governo, mais que em um passado não tão distante, está se empenhando em capacitar os professores para lidar com alunos portadores de deficiência. Os Estados, bem como muitos municípios, de um modo geral, têm investido na capacitação de professores. A SEESP do MEC, além do *Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade*, tem vários programas de capacitação de professores em andamento: o *Programa Interiorizando Braile*; o *Programa Interiorizando Libras*; o *Programa de Ressignificação de Oficinas Pedagógicas*; o *Programa Ética e Cidadania*; o *PROESP – Programa de Incentivo à Educação Especial no Ensino Superior* (financia projetos de pesquisa e extensão nos cursos de pós-graduação); o *PROINESP – Programa de Informática na Educação Especial* (capacita professores para atuar nos laboratórios de informática); e o *Programa Saberes e Práticas da Inclusão* (capacita sobre as necessidades educacionais especiais na educação infantil e no ensino fundamental). Porém, não pode haver ilusões. Na maioria das vezes, conforme lembra Gil, esses cursos não são suficientes para ajudar o professor

[...] porque não atingem todos os professores e porque a capacitação deve ser permanente, cotidiana. O professor a cada dia é desafiado a encontrar soluções para as dificuldades de seus alunos. O curso de capacitação não deve só levar em conta o aspecto informativo sobre a deficiência, mas deve envolver também a discussão do cotidiano escolar na sala de aula.

Por isto, é importante que a própria escola promova reuniões regulares, de preferência semanais, para que os professores que atendem crianças com deficiência encontrem as soluções de que precisam. Além disso, é sempre bom lembrar que é muito importante trocar idéias com outros professores, profissionais especializados, envolver a família, a comunidade e estabelecer parcerias com faculdades, organizações que trabalham com as questões da deficiência.⁷²

Com isso, fica claro que o grande problema da capacitação é que, muitas vezes, ela está distante das necessidades da escola, pois o conteúdo vem pré-definido pelos capacitadores e nem sempre atende às reais necessidades dos professores. Por isso, é urgente o direcionamento da capacitação para estas necessidades. A experiência tem demonstrado que, quando o processo de inclusão é bem feito, toda a comunidade escolar é beneficiada: alunos, professores, funcionários. A capacitação também deve se preocupar em resolver uma

⁷¹ DUTRA, *Apresentação*, p. 5. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, *A inclusão do aluno com baixa visão no ensino regular*, 2006.

⁷² GIL, op. cit., p. 95.

antiga questão: um dos maiores receios dos pais dos alunos não portadores de deficiência é que o nível de ensino caia com a presença de alunos com deficiência na sala. Para vencer este obstáculo, a capacitação deve motivar e bem informar o professor, e, desta forma, perceber-se-á que a qualidade do ensino aumentará, pois este se tornará mais concreto e o material pedagógico desenvolvido poderá beneficiar e interessar a todos, não apenas ao aluno com deficiência. Além disso, todos aprendem a conviver com a diferença e a respeitar a diversidade, valores éticos fundamentais para o convívio social. Diante desta problemática, é opportuno lembrar que nenhuma escola pública ou particular pode recusar a matrícula de crianças com deficiência.

[...] Segundo o artigo oitavo da Lei Federal 7.853/89, é crime punível com reclusão de um a quatro anos e multa “Recusar, suspender, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, porque é portador de deficiência”. [...] O Ministério Público informa que considera-se “justa causa” quando a escola:

- não tem mais vagas para nenhum aluno, com deficiência ou não;
- quando a escola já tem mais de 14,5% dos alunos com deficiência porque, caso receba uma quantidade de alunos com deficiência maior do que as proporções indicadas no Censo (14,5%), a escola corre o risco de se especializar e tornar-se uma escola especial, comprometendo os princípios da educação inclusiva.⁷³

Esta proposta defendida pelo governo brasileiro remete a uma questão: o professor pode se recusar a lecionar para turmas inclusivas? Para Mantoan, esta resposta deve ser sempre negativa, “[...] mesmo que a escola não ofereça estrutura. As redes de ensino não estão dando às escolas e aos professores o que é necessário para um bom trabalho. Muitos evitam reclamar por medo de perder o emprego ou de sofrer perseguição. [...]”⁷⁴ Neste caso, segundo o parecer desta educadora, os professores precisam recorrer à ajuda que está disponível. Da mesma forma, os pais e os líderes comunitários também podem promover um diálogo com as redes, fazendo pressão para o cumprimento da lei. Estas coisas, segundo o parecer desta educadora, fazem com que, no Brasil, a inclusão de pessoas portadoras de deficiência na educação caminhe devagar.

Para Matoan, “[...] O maior problema é que as redes de ensino e as escolas não cumprem a lei. [...] Há outra questão, um movimento de resistência que tenta impedir a

⁷³ Id, ibidem, p. 95.

⁷⁴ MANTOAN, “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”.

inclusão de caminhar: a força corporativa de instituições especializadas [...]”.⁷⁵ Assim, muitas pessoas continuam a acreditar que o melhor a se fazer é excluir, manter as crianças em escolas especiais, pois, estas possuem ensino adaptado. Contudo, Mantoan não é de todo pessimista. Ela reconhece que “[...] já avançamos. Hoje todo mundo sabe que elas têm o direito de ir para a escola regular. Estamos num processo de conscientização”.⁷⁶ Neste contexto, é oportuno lembrar que, para sanar estes problemas, o Ministério Público fiscaliza, geralmente com base em denúncias, para garantir o cumprimento da lei. O MEC, por meio da SEESP, na atualidade, não tem como preocupação punir, mas levar as escolas a entender o seu papel e a lei e a agir para colocar tudo isso em prática. Além disso, ao comentar a *Lei de Diretrizes e Bases* (LDB) da Educação Nacional, em entrevista a Thaís Gurgel, Débora Didonê e Paula Araújo, Mantoan afirma que

[...] Um dos grandes avanços do novo texto é que ele não deixa dúvida e, de que o atendimento educacional especializado não substitui a escolarização regular’ [...]. ‘É a chance de abrir portas que nunca seriam abertas na escola brasileira e de promover mudanças, inclusive no que diz respeito ao que é aprender e ao que é ensinar.⁷⁷

A própria Gurgel, ao defender que os alunos portadores de deficiência precisam avançar nos conteúdos, vê com bons olhos a prática desta proposta que já acontece. Ela afirma que “[...] a boa notícia é que isso está acontecendo graças ao trabalho de professores regentes e especialistas, a escola com equipes bem organizadas e até as redes de ensino que já oferecem a estrutura necessária”.⁷⁸ Por essas e tantas outras percepções destas grandes educadoras, vê-se com júbilo, ainda que a passos curtos, a marcha rumo à plena concretização da inclusão de pessoas portadoras de deficiência na educação deste país.

⁷⁵ Id, ibidem.

⁷⁶ Id, ibidem.

⁷⁷ GURGEL, DIDONÊ e ARAÚJO, *Inclusão, só com aprendizagem*, p. 41. In: Revista Nova Escola, Ano XXI, Nº 206, Outubro de 2007.

⁷⁸ GURGEL, *Inclusão, só com aprendizagem*, p. 39.

4.4. A concretização da Educação Inclusiva para pessoas portadoras de deficiência

Sabe-se que, apesar das leis garantirem o direito dos alunos com deficiência à educação, “[...] 40% de todas as crianças e todos os adolescentes que estão fora da escola são meninos e meninas com deficiência. [...]”.⁷⁹ Com isto, fica claro que, no Brasil, quando a educação for de fato inclusiva e a escola for realmente de qualidade para todos, todas as crianças estarão na escola. Este caminho é inverso ao que muitos defendem: antes de a escola transformar-se em inclusiva e qualitativa, as crianças precisam ser “jogadas” nela. Para que o verdadeiro caminho para o sonho da inclusão e da qualidade na escola seja feito e percorrido neste país, é necessário o apoio dos professores. Cada professor pode começar a fazer isso. Para tanto, não é necessário ao professor ter cursado uma faculdade. Nesta questão, Gil, ao se dirigir ao educador, diz que é preciso apenas

[...] usar sua criatividade, seu bom senso, sua vontade de ensinar, sua experiência. E os professores especializados em alunos com deficiência e outros profissionais, como pedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais estão aí para ajudar você. A Secretaria de Educação da sua cidade pode ajudar você a encontrá-los.⁸⁰

A educação inclusiva de pessoas portadoras de deficiência pressupõe que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento na escola, independentemente de qualquer característica peculiar que apresentem ou não. Para que isso aconteça, “[...] é fundamental que as crianças com deficiência tenham o apoio de que precisam, isto é, acesso físico, equipamentos para locomoção, comunicação (tecnologia assistiva) ou outros tipos de suporte. [...]”⁸¹ No entanto, o mais importante no primeiro passo em direção à prática desta educação é a implicação que o professor, a família e toda a comunidade escolar devem estar persuadidos de que o objetivo de tal educação é garantir que todos os alunos com ou sem deficiência participem ativamente de todas as atividades na escola e na comunidade. Da mesma forma, devem também estar convencidos de que cada aluno é diferente no que se refere ao estilo e ao ritmo da aprendizagem. E essa diferença é respeitada numa classe inclusiva. Assim, não sentirão dificuldades em compreender que os

⁷⁹ GIL, op. cit., p. 23.

⁸⁰ Id, ibidem, p. 23.

⁸¹ Id, ibidem, p. 24.

alunos com deficiência não são problemas. A escola inclusiva entende esses alunos como pessoas que apresentam desafios à capacidade dos professores e das escolas para oferecer uma educação para todos, acatando a necessidade de cada um. Desta forma, o fracasso escolar é um fracasso da escola, da comunidade e da família que não conseguem atender às necessidades dos alunos.

A concretização da educação inclusiva também sugere que o professor, a família e toda a comunidade escolar devem estar convencidos de que o objetivo de tal educação é garantir que todos os alunos se beneficiam de um ensino de qualidade e a escola inclusiva apresenta respostas adequadas às necessidades dos alunos que apresentam desafios específicos. Por isso, os professores não precisam de receitas prontas. A escola ajuda o professor a desenvolver habilidades e estratégias educativas adequadas às necessidades de cada aluno. Assim, a escola inclusiva e os bons professores respeitam a potencialidade e dão respostas adequadas aos desafios apresentados pelos alunos. Neste processo, o professor, a família e toda a comunidade escolar sabem que é o aluno que produz o resultado educacional, ou seja, a aprendizagem. Os professores atuam como facilitadores da aprendizagem dos alunos, com a ajuda de outros profissionais, tais como professores especializados em alunos com deficiência, pedagogos, psicólogos e intérpretes da língua de sinais.⁸² Em outras palavras, a escola inclusiva garante a consecução da exigência feita pela educadora Rosana Rodrigues Dias, em entrevista concedida a Gurgel, Didonê e Araújo, de que “*Não basta matricular para dizer que somos uma escola inclusiva [...] É preciso garantir as condições de aprendizagem [...]*”⁸³.

Além disso, seguindo o pensamento de Gil, estudos e experiências realizados no Brasil e no mundo demonstram que a educação inclusiva é benéfica para todos os envolvidos. Pois, os *alunos com deficiência* aprendem: melhor e mais rapidamente, porquanto, encontram exemplos positivos nos colegas; que podem contar com a ajuda e também podem ajudar os colegas; a lidar com suas dificuldades e a conviver com as demais crianças. Por sua vez, os *alunos sem deficiência* aprendem: a lidar com as diferenças individuais; a respeitar os limites do outro; a compartilhar processos de aprendizagem. Enfim, *todos os alunos*, independentemente da presença ou não de deficiência, aprendem: a compreender e aceitar os outros; a reconhecer as necessidades e competências dos colegas; a respeitar todas as pessoas;

⁸² Quanto a este parágrafo e ao precedente, cf. Id, ibidem, pp. 24 – 25.

⁸³ GURGEL, DIDONÊ e ARAÚJO, op. cit., p. 40.

a construir uma sociedade mais solidária; a desenvolver atitudes de apoio mútuo; a criar e desenvolver laços de amizade; a preparar uma comunidade que apóia todos os seus membros; a diminuir a ansiedade diante das dificuldades.⁸⁴

Aqui, cabe fazer as seguintes considerações: a primeira é que a inclusão não admite qualquer tipo de discriminação. E os mais excluídos sempre são os que têm deficiências graves. Questionada sobre a possibilidade de estudantes com deficiência mental severa poder estudar em uma classe regular, Mantoan responde positivamente. Mas, ela reconhece que “[...] Há casos, no entanto, em que a criança não consegue interagir porque está em surto e precisa ser tratada. Para que o professor saiba o momento adequado de encaminhá-la a um tratamento, é importante manter vínculos com os atendimentos clínico e especializado”.⁸⁵ Ainda em relação a esta consideração, Anamaria Vasconcelos defende a inclusão de crianças autistas e psicóticas infantis:

[...] a criança marcada pelo autismo ou pela psicose infantil apresenta comprometimento da linguagem, bate a cabeça na parede ou na dos outros e tem interesses incomuns e específicos, chegando a chamar a atenção e inquietar os outros, que com ela convivem. Essas crianças precisam ser tomadas na dimensão própria de ser criança, com a oferta de espaços que permitam e favoreçam o estabelecimento de laços sociais.⁸⁶

A segunda consideração, sobre a guia de Mantoan, é que a avaliação de alunos com deficiência mental não deve ser diferenciada. Esta pedagoga explica tal posição defendendo que “[...] Uma boa avaliação é aquela planejada para todos, em que o aluno aprende a analisar a sua produção de forma crítica e autônoma. Ele deve dizer o que aprendeu, o que acha interessante estudar e como o conhecimento adquirido modifica a sua vida. [...]”⁸⁷ Por conseguinte, fica claro que a função da avaliação não é medir se a criança chegou a um determinado ponto, mas se ela cresceu. Esse mérito vem do esforço pessoal para vencer as suas limitações, e não da comparação com os demais. Por fim, a terceira, também alicerçada em Mantoan, é a de que, para ensinar cegos e surdos, não é preciso dominar o braile e a língua de sinais. Ela ousa até afirmar que

É até positivo que o professor de uma criança surda não saiba libras, porque ela tem que entender a língua portuguesa escrita. Ter noções de libras facilita a comunicação, mas não é essencial para a aula. No caso de ter um cego na

⁸⁴ Quanto a este parágrafo, cf. GIL, op. cit., pp. 25 – 26.

⁸⁵ MANTOAN, “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”.

⁸⁶ VASCONCELOS, op. cit., p. 23.

⁸⁷ MANTOAN, “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”.

turma, o professor não precisa dominar o braile, porque quem escreve é o aluno. Ele pode até aprender, se achar que precisa para corrigir textos, mas há a opção de pedir ajuda ao especialista. Só não acho necessário ensinar libras e braile na formação inicial do docente.⁸⁸

Atente-se também para o seguinte fato: para que o ambiente da escola seja acessível, é preciso que as pessoas com deficiência, inclusive aquelas que usam cadeira de rodas, possam usar o mobiliário (cadeiras, mesas, balcões, bebedouros, quadros de avisos, equipamentos, etc), movimentar-se por todo o edifício (entrada principal, salas de aula, sanitários, pátios, quadras, parques, bibliotecas, laboratórios, lanchonetes, etc) e pela vizinhança. Isso significa que deve-se observar também como está o lado de fora da escola: olhar se há guias rebaixadas para pessoas em cadeira de rodas, travessia de pedestres sinalizada, semáforos sonoros para cegos, pontos de ônibus que permitam o embarque seguro e calçadas conservadas e livres de canteiros de flores, postes, caixas de correio, orelhões e bancas de jornal mal posicionados. Muitas vezes nem se percebe, mas estes obstáculos podem representar uma verdadeira “olimpíada” para as pessoas com deficiência. Neste caso, Gurgel, Didonê e Araújo chama a atenção para o fato de que “[...] Oferecer Educação de qualidade significa fazer adaptações físicas e pedagógicas [...] Cabe ao professor reconhecer essa nova função e brigar pelos recursos necessários [...]”.⁸⁹ É claro que isto é o ideal e a realidade está muito longe de atingi-lo. No entanto, o educador não deve desistir de buscar o que for o possível para o aluno. Até porque, em um ambiente onde pessoas em cadeiras de rodas ou pessoas cegas e surdas circulam de maneira autônoma e segura, todos se beneficiam porque se locomovem com menos esforço e mais conforto.

Além das adaptações arquitetônicas, por serem as bibliotecas verdadeiros portais para o conhecimento e para a aventura, elas também precisam ser acessíveis às pessoas com deficiência. E para que isso aconteça é preciso que tenham as seguintes adaptações: acesso físico sem desnível ou catracas; mesas onde se encaixam cadeiras de rodas; acesso virtual (via computador e Internet); acervo em braile e CD-ROM; serviço de orientação estimulante e adequado às necessidades dos diversos tipos de usuários; prazo prolongado para devolução; cartões de autorização para que terceiros retirem e devolvam livros; assistentes para acesso ao acervo; assistentes para leitura (leitores de livros para cegos); lupas ou lentes de aumento;

⁸⁸ Id, ibidem.

⁸⁹ GURGEL, DIDONÊ e ARAÚJO, op. cit., p. 39.

intérprete de Libras; salas de vídeo com televisores com sistema de legendas ocultas para seus usuários surdos.

É sabido por todos que muitas escolas não têm bibliotecas ou salas de leitura, porém, outras têm. É importante que o professor fique atento sobre a importância que a leitura tem para a criança com deficiência e, sempre que possível, estimule a comunidade escolar, a Associação de Pais e Mestres ou a Biblioteca Pública da cidade a se adaptar para acolher a criança e o jovem com deficiência. Além disso, a comunicação visual existente nas escolas deve ser compreendida por pessoas com todos os tipos de deficiência. Os quadros de avisos e placas de sinalização e orientação de usuários devem ter textos curtos, com letras grandes, acompanhados de símbolos e devem ser colocados no nível dos olhos de uma pessoa em cadeira de rodas. Devem ser instalados sinais de alerta com luz para avisar aos usuários surdos de eventuais emergências.⁹⁰

Enfim, para a concretização da educação inclusiva para pessoas portadoras de deficiência, deve-se também pensar na estratégia de sala de aula. Cada educador tem a sua forma própria de dar aulas. Contudo, quando se recebe um aluno com deficiência, o professor é estimulado a rever sua prática e a buscar outras formas de ensinar. A cooperação em sala de aula pode ser um fator importante para a inclusão das pessoas com deficiência, pois permite interação e troca entre os alunos. O desenvolvimento de algumas estratégias pode ser decisivo para criar um ambiente de cooperação em que aqueles alunos que têm mais habilidades em alguma matéria possam ajudar aqueles com menos habilidades. Neste sentido, Gil, apresenta algumas alternativas: *aprendizagem cooperativa* (estratégias de aprendizagem criança a criança – ensino por colegas, apoio entre amigos e círculo de amigos) e *ensino cooperativo* (atividades complementares, atividades de apoio à aprendizagem e ensino em equipe). Na *aprendizagem cooperativa*

O professor coloca os alunos em grupos de trabalho, juntando alunos com dificuldades em determinada área com alunos mais habilidosos nesse assunto. Na aprendizagem cooperativa, os alunos trabalham juntos para atingir determinados objetivos. A descoberta de interesses mútuos permite a eles explorar assuntos junto com colegas que têm interesses comuns. As estratégias de aprendizagem cooperativa melhoram as atitudes diante das dificuldades de seus colegas com ou sem deficiência e, simultaneamente, eleva a auto-estima de todos.⁹¹

⁹⁰ Quanto a este parágrafo e ao precedente, cf. GIL, op. cit., pp. 34 – 35.

⁹¹ Id, ibidem, p. 38.

Na aprendizagem cooperativa, dão-se as *estratégias de aprendizagem criança a criança*. Nelas, é oferecida a oportunidade de compreender melhor as pessoas que, por qualquer motivo, são diferentes (maneira de vestir, crenças, língua, deficiências, raça, capacidades). Com isso, as crianças compreendem que toda criança é diferente e, consequentemente, deixam de fazer brincadeiras cruéis e podem se tornar amigos. Uma destas estratégias é o *ensino por colegas*, que é um método que tem por base a idéia de que os alunos podem ensinar os seus colegas. “[...] Neste método, o papel de aluno ou de professor pode ser atribuído a qualquer aluno, com deficiência ou não, e alternadamente, conforme as matérias em estudo ou as atividades a desenvolver. [...]”.⁹² Outra estratégia é o *apoio entre amigos*, o qual “[...] é uma forma específica de aprendizagem através de colegas, na qual o envolvimento acontece principalmente com assuntos extra-escolares. [...]”⁹³.

A última alternativa de estratégia é o *círculo de amigos*, que é “[...] uma estratégia para que os alunos de uma turma recebam um novo colega com deficiência e aprendam a conhecê-lo e ajudá-lo a participar de atividades dentro e fora da escola. [...]”⁹⁴ Aqui, o professor funciona como facilitador para criar o círculo de amigos e pode dar apoio, orientação e conselhos, à medida que o resto da classe vai sendo agregado ao círculo inicial. Atente o leitor para o fato de que o objetivo de uma rede de apoio entre colegas é enriquecer a vida escolar de todos os alunos. Sem dúvida, é enorme a capacidade dos alunos para se ajudarem uns aos outros na escola, mas para que esta capacidade se exerça é necessário que os professores os encorajam, liderando, assim, o processo.

A segunda alternativa apresentada por Gil é o *ensino cooperativo*. Esta alternativa trata-se de “[...] uma estratégia em que o professor da classe comum e o professor do ensino especial trabalham em conjunto, dentro da sala de aula comum, composta por alunos com e sem deficiência. [...]”⁹⁵ Neste modelo, existem três formas diferentes de organização. Um destes modelos são as *atividades complementares*. Nas atividades complementares, enquanto “[...] o professor do ensino regular assume [...] as atividades e os conteúdos da área acadêmica, o professor do ensino especial ensina alguns alunos a identificar as idéias principais de um texto, a fazer resumos – enfim, a dominar técnicas de estudo [...]”⁹⁶ O segundo modelo são as *atividades de apoio à aprendizagem*. Nestes tipos de atividades, os

⁹² Id, ibidem, p. 38.

⁹³ Id, ibidem, p. 39.

⁹⁴ Id, ibidem, p. 39.

⁹⁵ Id, ibidem, p. 41.

⁹⁶ Id, ibidem, p. 41.

dois professores ensinam os conteúdos acadêmicos, no entanto, ao mesmo tempo em que “[...] o professor do ensino regular é responsável pelo núcleo central do conteúdo, pela matéria essencial, o professor do ensino especial encarrega-se de dar apoio suplementar a qualquer aluno que dele necessite, individualmente ou em pequenos grupos [...]”.⁹⁷ O terceiro modelo é o *ensino em equipe*, onde ambos os professores “[...] planejam e ensinam em conjunto todos os conteúdos a todos os alunos, responsabilizando-se cada um deles por uma determinada parte do currículo ou por diferentes aspectos das matérias de ensino”.⁹⁸ Com isto, dê-se o leitor por satisfeito quanto ao conteúdo deste trabalho.

⁹⁷ Id, ibidem, p. 42.

⁹⁸ Id, ibidem, p. 42.

⁹⁸ Id, ibidem, p. 42.

⁹⁸ Id, ibidem, p. 42.

5. CONCLUSÃO

Tendo chegado ao fim desta obra, cabe ao leitor recordar que, na introdução deste trabalho, foi estabelecido como objetivo geral: conhecer o processo de inclusão dos alunos portadores de deficiência e o seu desenvolvimento social e intelectual. Por sua vez, os objetivos específicos dados foram os de: desenvolver recursos de acessibilidades na educação do portador de necessidades; diversificar situações de aprendizagem e apoio para a participação em todas as atividades pedagógicas e recreativas; e analisar se a metodologia de ensino oferece desenvolvimento das habilidades e emoções dos portadores de deficiência.

Quanto ao alcance do objetivo geral, percebeu-se que ele se deu, de maneira implícita, já nos primeiro e segundo tema. Pois, ao falar sobre a educação como formadora de cidadãos e sobre a educação que forma para a inclusão e, portanto, para uma sociedade mais justa e igualitária, já se vislumbrava o processo de inclusão dos alunos portadores de deficiência e o seu desenvolvimento social e intelectual. Contudo, o alcance deste objetivo só se deu de maneira explícita, no terceiro tema. De maneira mais precisa, no último tópico, onde se manifestou que “todos” ganham com a educação inclusiva para pessoas portadoras de deficiência.

No que concerne à aquisição dos objetivos específicos, percebe-se que, quanto a desenvolver recursos de acessibilidades na educação do portador de necessidades, o objetivo chegou ao seu ponto máximo no último tópico do terceiro tema, pois, lá tratou-se sobre a necessidade de se desenvolver recursos que propiciem a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência à escola e, principalmente, à educação.

Quanto a diversificar situações de aprendizagem e apoio para a participação em todas as atividades pedagógicas e recreativas, ao longo de todo o terceiro tema, insistiu-se na possibilidade de mostrar que a educação pode e deve ser diversificada. Contudo, foi no último tópico do terceiro tema que se viu de maneira bem nítida, quando se tocou na questão das estratégias de aprendizagem.

Enfim, quanto ao objetivo específico de analisar se a metodologia de ensino oferece desenvolvimento das habilidades e emoções dos portadores de deficiência, o leitor percebeu que, ao longo de todo o terceiro tema, nas falas dos comentadores consultados, havia sempre um convite à análise de tal metodologia. Ao expressarem suas idéias, os autores mostravam a eficiência e a ineficiência do sistema escolar atual do Brasil.

Neste sentido, o leitor entendeu que o Brasil possui um dos mais bem elaborados projetos sobre inclusão, em especial, dos portadores de deficiência. Contudo, ele encontra-se longe de ser praticado na íntegra. Lembrando o pensamento de Mantoan, a inclusão de portadores de deficiência, neste país, anda devagar. Há muito que ainda ser feito. E, diante do que foi apresentado nestas poucas linhas, o que precisa ser realizado é um trabalho de conscientização da sociedade num todo. Mas, o leitor também percebe que algo já vem sendo feito, pois, hoje todos sabem que “todos”, sem nenhuma exceção, têm direito a uma educação de qualidade. Hoje, a presença de portadores de deficiência em escolas de ensino regular já não causa o espanto geral.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Barueri/SP: Manole, 2004 (Col. Direito).

Declaração Mundial sobre Educação para Todos. New York: WCEFA, abril de 1990. In:
<<www.unesco.org.br>>

FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. *Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira.* Belo Horizonte/MG, 1997. Caderno do 4º Coned, São Paulo, 2002.

GARCEZ, Liliane. *Da Construção de uma Ambiência Inclusiva no Espaço Escolar.* In:
<<[Liliane_Garcez_diss\[1\].pdf](#)>>

GIL, Marta. *Educação Inclusiva: O que o Professor tem a ver com isso?* In:
<<http://www.planetaeducacao.com.br/new/redesaci_educ_incl.pdf>>

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia Geral.* 7ª ed. São Paulo/SP: Atlas, 1999.

LEI 9.394/96. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).* Brasília, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. “*Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças*”. In:
<<http://www.revistaescola.abril.com.br/edicoes/0182/aberto/mt_67180.shtml>>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. *A inclusão do aluno com baixa visão no ensino regular.* 2006.

MRECH, Leny Magalhães. *O que é Educação Inclusiva?* In:
<http://www.inclusao.com.br/projeto_textos_23.htm>

Revista *Gestão em Rede*. Nº 72, Setembro de 2006. CONSED (Conselho Nacional de Secretários da Educação)/Ministério da Educação (FNDE).

_____. Nº 73, Outubro de 2006. CONSED (Conselho Nacional de Secretários da Educação)/Ministério da Educação (FNDE).

Revista *Inclusão: Revista da Educação Especial*. Ano 2, Nº 03, Dezembro de 2006. Editora Abril/Ministério da Educação (FNDE).

Revista *Nova Escola: A revista de quem educa*. Ano XXI, Nº 206, Outubro de 2007. Editora Abril/Ministério da Educação (FNDE).

Revista *Pátio: Educação Infantil*. Ano III, Nº 9, Novembro 2005/Fevereiro de 2006. Ministério da Educação (FNDE)/Artmed.

Wikipédia: A enciclopédia livre. In: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Educação_inclusiva>